

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - ALTO RIO PARDO 2030



Alto Rio Pardo
Um vale de oportunidades

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	14
2. O PROGRAMA LÍDER	15
2.1 O Programa LÍDER Alto Rio Pardo	18
2.2 A Rede Líder Alto Rio Pardo	21
3. A NOSSA VISÃO DE DESENVOLVIMENTO	34
4. A COMPOSIÇÃO TERRITORIAL DO ALTO RIO PARDO	37
4.1 Águas Vermelhas.....	39
4.2 Berizal.....	41
4.3 Curral de Dentro.....	43
4.4 Divisa Alegre.....	45
4.5 Fruta de Leite.....	47
4.6 Indaiabira.....	49
4.7 Montezuma.....	51
4.8 Ninheira.....	53
4.9 Novorizonte.....	55
4.10 Rio Pardo de Minas.....	57
4.11 Rubelita.....	59
4.12 Salinas.....	61
4.13 Santa Cruz de Salinas.....	63
4.14 Santo Antônio do Retiro.....	65
4.15 São João do Paraíso.	67
4.16 Taiobeiras.	69
4.17 Vargem Grande do Rio Pardo.....	71

5. ALTO RIO PARDO 2030: POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	73
5.1 Diagnóstico Estratégico	74
5.1.1 <i>Dinâmica Econômica territorial</i>	75
5.1.2 <i>Ícones Regionais</i>	81
5.1.3 <i>Análise SWOT</i>	82
5.1.4 <i>Consolidação das Principais Forças que Influem sobre o nosso Desenvolvimento</i>	84
5.2 Missão	85
5.3 Valores	86
5.4 Visão de Futuro	87
5.5 Diretrizes Estratégicas	88
5.6 Eixos de Desenvolvimento e Agenda de Prioridades	91
5.6.1 <i>Recursos Hídricos</i>	93
5.6.2 <i>Educação</i>	102
5.6.3 <i>Gestão Pública</i>	111
5.6.4 <i>Agronegócio</i>	121
5.6.5 <i>Gestão Empresarial</i>	132
5.6.6 <i>Turismo</i>	142
5.6.7 <i>Infraestrutura e Logística</i>	152
6. GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO	153
7. MAPA ESTRATÉGICO DO PLANO	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156

1. O PROGRAMA LÍDER

Atualmente no Brasil, diante do complexo quadro que se apresenta nos contextos social, político e econômico, dentre outros, constata-se que as lideranças públicas e privadas estão de certa forma despreparadas para liderar o processo de desenvolvimento territorial. Percebe-se que na maioria dos municípios brasileiros os três setores – o Público, o Privado e o Terceiro Setor – não atuam de forma articulada e, em alguns casos, apresentam objetivos conflitantes, sem definições comuns sobre os rumos estratégicos de desenvolvimento e gestão. Tal ocorrência é fruto de um longo processo histórico e cultural que mantém cada um desses setores isolados no cumprimento de seus papéis. Se entre eles é rudimentar e frágil a abertura necessária para o estabelecimento de propostas comuns, o que esperar então da participação de uma comunidade frente a tais posturas?

Nesse sentido, é perceptível a possível e necessária participação comunitária na construção de objetivos estratégicos de desenvolvimento, a partir da atuação e engajamento dos três setores sociais num processo cooperativo de construção de futuro comum. Entretanto, não é esta a realidade encontrada na maioria dos municípios e regiões brasileiras, onde se percebe ainda incipiente a participação cidadã em processos democráticos e colaborativos de formulação e implementação de políticas positivas de desenvolvimento. Diante de tal quadro, é fácil notar a preponderância de ciclos descontinuados de gestão do desenvolvimento territorial, marcados pela alternância constante de prioridades e pela ausência de uma agenda estratégica de longo prazo que reflita uma visão de futuro compartilhada.

Com o objetivo de contribuir para a mudança desta realidade, o Sebrae criou o Programa LÍDER – Liderança para o Desenvolvimento Regional. Um programa de desenvolvimento territorial, concebido e estruturado com o propósito de promover a mobilização, a qualificação e a integração de lideranças públicas, empresariais e do terceiro setor de uma dada região. A partir de tal arranjo, a ênfase se direciona para a institucionalização de um programa de desenvolvimento (com mecanismos de sustentação próprios e autônomos),

voltado para o estabelecimento de um ambiente favorável à atuação dos pequenos negócios que parte da criação, da proposição e da implantação de uma agenda estratégica para a região – fruto de amplo processo de planejamento participativo.

Nessa perspectiva, o LÍDER materializa a intenção estratégica de mobilização social a partir de um processo de estimulação de um grupo regional de lideranças que representam o seu contexto territorial e que têm na identificação de interesses e de objetivos comuns o mote da sua ação – cunhando assim, sua a identidade de **Grupo de Impulsão do Desenvolvimento Regional**.

Trata-se, portanto, de todo um processo que envolve a desmistificação de um modelo histórico (no qual o Estado centraliza e monopoliza o papel de mentor do desenvolvimento) que pode e deve ser remodelado em prol da transformação regional. Para tanto, a definição e a seleção das lideranças que participarão do LÍDER são cruciais para a construção do plano regional, pois eles também precisarão reconstruir seus hábitos e relações. É por isso que no decorrer dos encontros e atividades promovidos pelo Programa, o que se propõe é a potencialização da rede e o estímulo contínuo de como esta poderá se reinventar. Para isso busca-se estabelecer um ambiente que represente a própria realidade social, um espaço de interação política em busca de novas oportunidades e modelos (institucionalizados ou não) de governança. No contexto do programa, compreende-se por institucionalização toda experiência, decisão e atividades grupais que têm como objetivos principais o estabelecimento e a manutenção de processos e de estrutura material, humana, política e social que garantam a sustentabilidade das ações coletivas necessárias ao alcance dos objetivos definidos para o desenvolvimento regional.

Assim, o Programa LÍDER tem como compromisso maior desenvolver as competências necessárias para que as Lideranças Regionais possam promover a interação com os demais atores, no sentido de propor, elaborar e apoiar a implementação de uma agenda regional de desenvolvimento sustentável condizente com a realidade do contexto territorial e das demandas locais. Trata-se de pensar e propor soluções, que dissolvam os entraves à edificação de um novo modelo, após a interseção e o envolvimento dos três setores que passam a ter em comunhão a necessidade de garantir a transformação do cenário anterior ao evidenciar e priorizar as suas potencialidades e reverter suas deficiências em forma de novas oportunidades. O intuito final é a melhoria do ambiente para o desenvolvimento dos

pequenos negócios, tendo a comunidade regional como beneficiária final, num processo de identificação e consolidação de vocações econômicas sistematizadas num plano de desenvolvimento regional sustentável.

Desde que começou a ser implantado em Minas Gerais, o Programa LÍDER já contabilizou a formação de aproximadamente 20 grupos, cerca de 160 municípios e mais de 600 lideranças qualificadas, em todas as macrorregiões do estado, num esforço compartilhado que tem legado à sociedade mineira resultados consistentes na governança de estratégias e ações de desenvolvimento. Como consequência, a estruturação de agências de desenvolvimento, a criação de consórcios intermunicipais, a formalização de parcerias público-privadas para captação de recursos e execução de obras de infraestrutura, a criação de roteiros turísticos integrados, dentre tantos outros resultados ratificam a pertinência e a adequação da proposta e da metodologia que o programa apresenta.

No Norte de Minas Gerais o Programa LÍDER já foi implementado na microrregião de Pirapora e de Montes Claros. Neste último, iniciado em junho de 2012, reuniram-se empresários e gestores municipais com perfil de liderança e potencial para atuação no desenvolvimento regional sustentável, representantes das cidades de Capitão Enéas, Espinosa, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e São Francisco, compreendendo cinco das sete microrregiões de planejamento do Norte Mineiro. Desse movimento resultou o documento intitulado *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – Norte de Minas em Ação* que, além de discutir as vocações e as potencialidades para todo o Norte de Minas Gerais apresenta uma agenda de prioridades e um posicionamento estratégico para o território voltado para a alavancagem do desenvolvimento regional.

Na microrregião de Salinas, aqui caracterizada como região do Alto Rio Pardo (ARP), o Programa LÍDER está implementando sua terceira turma do Norte de Minas.

2.1 O Programa LÍDER Alto Rio Pardo

Reconhecido pelos baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e de dinamismo empresarial o Território do Alto Rio Pardo ocupa uma área de aproximadamente 17 mil quilômetros quadrados e sua população ultrapassa os 204 mil habitantes, segundo o IBGE. É composto por 17 municípios: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo.

A implementação do Programa na região contou com um trabalho de mobilização junto às prefeituras e entidades representantes da classe empresarial dos municípios de Rio Pardo de Minas, Salinas e Taiobeiras, que, juntos, respondem por aproximadamente 70% do universo de empresas da região. Ao todo, 40 lideranças dos três setores trabalharam ativamente na elaboração do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável – Alto Rio Pardo 2030**. Foram mais de 140 horas de trabalho coletivo, com encontros itinerantes envolvendo as três cidades-sedes.

Numa inovação do programa no TARP a estratégia contou, ainda, com a realização de oficinas de planejamento nessas três cidades polo estruturadas para receber a participação de lideranças de todos os outros municípios do Alto Rio Pardo, ampliando significativamente a mobilização regional. Nesta etapa, mais de 150 líderes trabalharam integrados na identificação de potencialidades e carências territoriais e na elaboração de um Plano de Ação para atuação local e regional.

Por fim, o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável – Alto Rio Pardo 2030** foi construído com a efetiva participação de mais de 150 lideranças de toda a região e envolvimento de 100% dos municípios do Alto Rio Pardo.

2.2 A Rede Líder Alto Rio Pardo

“Liderança é uma ação, não uma palavra...
Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.
Por isso fazemos melhor juntos”.
(Paulo Freire)

No programa LÍDER Alto Rio Pardo muito se discutiu que não se faz desenvolvimento territorial sem as pessoas. E, que nessa direção, faz muito mais sentido o fazer coletivo – como nos ensina o professor Paulo Freire. Discutiu-se o desenvolvimento como uma reposta do território, das pessoas que nele vivem e, que ao criar relações culturais, econômicas e políticas sobre a base espacial que os abriga, conferem a este a sua feição não só em termos de “fazer social”, mas também em medidas de desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento territorial é feito pela sociedade. Assim, o desenvolvimento de uma região tem a cara da sua gente. É um fruto das escolhas e das decisões que essa gente, consciente ou inconscientemente, compartilha e reproduz.

Como salienta o sociólogo Juarez de Paula o desenvolvimento “**depende da decisão das pessoas de assumirem a condição de sujeitos sociais. Isso é o que chamamos de protagonismo**”. É a decisão de agir na construção de uma nova realidade para o território. Protagonismo na articulação institucional, no reconhecimento dos ativos e forças territoriais, no planejamento estratégico da combinação de tais forças e na mobilização social em torno de um projeto coletivo, impulsionado por um grupo de lideranças ávidas por fazer com que as pessoas do Alto Rio Pardo desejem e lutem por um Alto Rio Pardo melhor para viver e trabalhar. Essa foi, e é, a premissa do grupo de líderes que participaram do programa LÍDER Alto Rio e que “assinam” este planejamento.

Nesse sentido, a diversidade de perfis na formação de um grupo representativo, com capacidade propositiva, postura empreendedora, visão positiva sobre a região e prontidão para a ação é fator preponderante para que o “desenvolvimento seja produzido”,

reconhecendo as feições desse território e lhe conferindo contornos de prosperidade. Por assim ser, o grupo de lideranças que desde 2015 vêm trabalhando de maneira intensa e solidária na concepção deste plano é fator vital para a implementação das ações e das estratégias aqui propostas e o motor da continuidade do processo de mobilização social que este plano requer.

Composto por cerca de 40 lideranças do Poder Público, da Iniciativa Privada e do Terceiro Setor, representantes das cidades de Salinas, Taiobeiras e Rio Pardo de Minas, formou-se uma rede pluri institucional, com competências múltiplas, olhar para a totalidade do Território do Alto Rio Pardo (TARP) e com o propósito explícito de ser um **Grupo de Impulsão do Desenvolvimento Regional**. Para tanto, esse grupo organizado e capacitado ao longo do programa estabelece como norte da sua atuação, como razão de ser do grupo, a seguinte missão: **Planejar ações para o desenvolvimento territorial, unindo esforços em busca de uma gestão comprometida e compartilhada**. E como estímulo e reforço de propósito para o desafio de liderar a mobilização social em torno do desenvolvimento regional e superar os diversos obstáculos que o tempo os apresentará nesta audaciosa empreitada, adotam como lema: **Sonhar grande, começar pequeno e acreditar sempre**.

Contudo, reconhecemos que o desenvolvimento do TARP não se dará com a ação deste grupo apenas. Como vimos, a responsabilidade é de todos e a mobilização social em torno desse propósito deverá ser constantemente impulsionada por este grupo, mas não restrita a ele. Afinal, como nos ensina o professor colombiano Bernardo Toro, a mobilização deve ser *“um processo estruturado em rede, sem donos ou hierarquia”*.

2. A NOSSA VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os SEPARA e não o que os UNE.
(Milton Santos)

A compreensão atual de Desenvolvimento o qualifica como aquilo que provoca e ao mesmo tempo decorre dos elementos que sustentam a percepção de qualidade de vida para um dado território. Nessa perspectiva o desenvolvimento é muito mais do que crescimento econômico, abarcando-o e não se restringindo a esse. Não se resume a uma espécie de efeito natural do crescimento econômico. De maneira simples e objetiva, pode-se dizer que desenvolvimento é a melhoria significativa de uma dada situação, ou região. *“Processo que transforma uma situação atual em uma situação futura melhorada”* (GTZ, 1974). Melhoria que se alcança ao equalizar no plano das decisões e das atitudes do “nosso fazer” a dimensão humana, social e ambiental à tão proclamada dimensão econômica.

Assim sendo, desenvolvimento, só o é se for humano (aquele capaz de melhorar a vida das pessoas), social (de todas as pessoas) e ambiental (garantindo o direito de acesso das populações futuras aos recursos naturais de que dispomos hoje), numa perspectiva de sustentação ao longo do tempo, ou de sustentabilidade (agora e no futuro). Isso significa, de fato, algum grau de crescimento econômico, de aumento da produção, mas principalmente significa a melhoria deste processo. Significa, portanto, produzir mais e melhor, mas, sobretudo, significa produzir mais quando isso for melhor. E mais do que isso, significa distribuir de maneira mais equilibrada e perene os frutos desse crescimento no presente (hoje), sem comprometer as condições e os direitos das gerações futuras (amanhã), numa perspectiva de evolução qualitativa e quantitativa, como indica o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para o LÍDER, desenvolvimento resulta da união entre a concepção de desenvolvimento regional – que abarca contribuições e influências como as potencialidades locais, os interesses de cada comunidade e a gestão compartilhada do território estabelecido sobre um espaço geográfico mais amplo e dotado de alguma força identitária que o caracterize e o singularize – e a concepção de sustentabilidade, que acrescenta preceitos da interação equilibrada entre as dimensões social, econômica e ambiental como resultado de ações promulgadas pelo Estado, organizações e sociedade em torno da melhoria da qualidade de vida e seus dos indicadores. Nessa linha evolutiva, a compreensão de desenvolvimento se completa com a ideia de liberdade e a percepção de Desenvolvimento Regional Sustentável se materializa à medida que o território oferece as melhores condições ou oportuniza às pessoas as liberdades de SER e FAZER coisas importantes. Isso implica em algumas conquistas coletivas como ter conhecimento, não morrer por causas tratáveis, poder viver dignamente, ter condições decentes de trabalho, por exemplo, e assim, realizar-se pelo que é e pelo que faz ao poder exercer o seu direito de escolha, a partir do amplo leque de possibilidades que o território ofereça.

Isso requer ampla capacidade do território de otimizar a articulação de diversos tipos de atributos (capital humano, social, natural e produtivo), na atualização das suas potencialidades e na maturação da sua identidade. Como ressalta o sociólogo Juarez de Paula:

A temática do desenvolvimento (...) está relacionada com a afirmação de uma identidade territorial, com o reconhecimento de elementos distintivos, de uma reputação própria, de uma singularidade que distingue e diferencia o território. O desenvolvimento (...) resulta do esforço de identificar, reconhecer e valorizar os ativos locais; de **aproveitar e desenvolver as potencialidades, as vocações, as oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas de cada território** (PAULA, 2009, p. 2).

Mais do que isso, o desenvolvimento regional sustentável resulta da ação articulada e apartidária das lideranças mais eminentes do território, no sentido de abrir caminho e provocar um processo em rede de engajamento social em torno de uma agenda regionalmente convergente, fruto de ampla reflexão e ação coletiva sobre o conjunto de recursos que o território reúne e as possibilidades de combinação produtiva que esses apresentam. É o que permite ao território criar ou reforçar uma especialização em torno de um perfil econômico específico, com qualificação da mão de obra em todos os níveis (fundamental, técnico, superior) e o fortalecimento de

entidades de apoio ao setor privado que reflitam esse perfil (assistência técnica, estudos e informação de mercado, apoio tecnológico, financiamento, etc.). O que se espera com isso é provocar a consolidação de um ambiente que seja apropriado *“para a inovação, que gere impactos positivos junto às micro, pequenas e médias empresas, de modo a elevar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios, ampliando a competitividade sistêmica do território”* (PAULA, 2009, p. 2).

Por essa razão pensar, propor e agir em prol do desenvolvimento regional sustentável não é um processo rápido e simples, pois depende da vontade e da combinação principalmente das forças endógenas (internas) para que a ação se concretize e tome contornos de processo (amplitude e longevidade). Por assim ser, para se fazer desenvolvimento regional sustentável *“é preciso aumentar os graus de acesso das pessoas, não apenas à renda, mas também à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à possibilidade de influir nas decisões públicas”* (FRANCO, 2000). Isso conclama à ação das lideranças regionais ao protagonismo na visualização, promoção e condução de um processo de mudança em todos os níveis (de decisão, principalmente) e espaços institucionais do território.

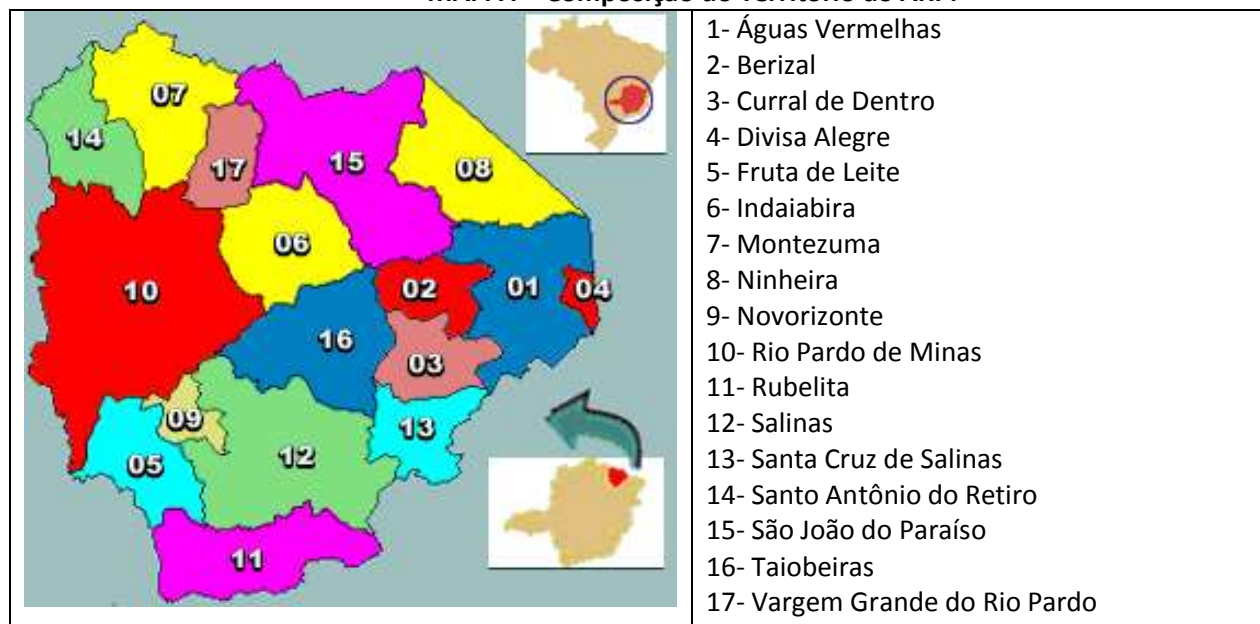
Em qualquer que seja o espaço social onde se promovam as ações de desenvolvimento, as relações que se efetivam e a capacidade do território de gerar entrelaçamentos, interação e vínculos de confiança e cooperação será determinante. Entretanto, em muitas ocasiões, tais relações são incongruentes – pois se estabelecem enquanto lhe são convenientes mantê-las. Nesse sentido, as relações instituídas - em âmbito regional ou mesmo local, não são imutáveis, pois estão sujeitas a novos interesses e permutas. O grande desafio ao desenvolvimento é justamente a constituição de relações duradouras e focadas em objetivos comuns que se ajustem em propósitos macros e não voltadas apenas aos seus próprios fins.

Alcançar essa dimensão é um processo complexo, que envolve a mudança de comportamentos e a junção de interesses. Pode-se dizer, nessa perspectiva, que nenhuma experiência bem sucedida de desenvolvimento ocorre sozinha, pois esse, se sustenta em um processo que implica na união de forças e na convergência dos atores territoriais. O desenvolvimento sob esse prisma será sempre um empreendimento coletivo, fruto do compartilhamento de propósito.

3. A COMPOSIÇÃO TERRITORIAL DO ALTO RIO PARDO

A região Alto Rio Pardo – MG está localizada na mesorregião Norte de Minas Gerais e na microrregião Salinas, abrange uma área de 17.836,6290 Km² e é composta por 17 municípios: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo. Esta região compõe ainda o Território da cidadania Alto Rio Pardo com 15 municípios, excetuando o município Águas Vermelhas, que pertence ao Território da Cidadania Médio Jequitinhonha e Divisa Alegre que não pertence ao território da cidadania (STI, 2016), conforme Mapa 1.

MAPA I – Composição do Território do ARP.



Fonte: própria.

A utilização das terras engloba culturas alimentares, pecuárias e atividades extrativas. De acordo com as informações intercensitárias, a ocupação do solo com a exploração agrícola revela um predomínio de culturas de subsistência, principalmente milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar e com uma atividade pecuária diversificada.

A população total do território é de 217.478.000 habitantes, dos quais 49,37% vivem na área rural e 50,63% corresponde à população urbana (IBGE, 2015). Seu IDH médio é 0,624 sendo 10 municípios inseridos no índice médio e sete municípios no índice baixo, conforme PNUD, 2000. O clima predominante da região é o semiárido, somente o município Montezuma possui o clima tropical. No que se refere ao processo de urbanização pode-se afirmar que parte da população regional se localiza no meio rural e com 1,26% a maior é a diferença da população urbana. A densidade demográfica média regional é de 13,31 hab. por quilômetro quadrado conforme Quadro 1.

QUADRO 2 – Perfil do TARP

Município	Área (km2)	População	Rural %	Urbanização %	Alfabetização %	Per capita 2010 (R\$ mil)	IDH2000	Clima	Altitude metros	Demográfica Hab./Km2	Gentílico
Águas Vermelhas	1.257,6010	12.722	29,72	70,28	68,24	7.674,93	0,628	Semiárido Bsh	1430	10,12	águas-vermelhense
Berizal	493,3350	4.371	43,14	56,86	68,96	4.905,42	0,599	Semiárido Bsh	680	8,86	Berizalense
Curral de Dentro	568,2630	6.913	15,56	84,44	70,88	5.274,37	0,597	Semiárido Bsh	900	12,17	curraldentense
Divisa Alegre	118,4770	5.884	3,25	96,75	68,85	8.362,43	0,656	Semiárido Bsh	960	49,66	divisalegrense
Fruta de Leite	758,4220	5.940	65,72	34,28	57,1	5.371,59	0,586	Semiárido Bsh	900	7,83	fruta de leitense
Indaiabira	1.008,1810	7.330	62,59	37,41	61,67	4.916,24	0,571	Semiárido Bsh	835	7,27	indaiabirense
Montezuma	1.133,7390	7.472	58,75	41,25	67,72	4.327,23	0,589	Tropical Cwb	910	6,59	montesumense
Ninheira	1.114,2420	9.815	73,28	26,72	54,82	4.807,40	0,604	Semiárido Bsh	940	8,81	ninheirense
Novorizonte	264,0760	4.963	65,40	34,6	72,03	4.888,25	0,648	Semiárido Bsh	900	18,79	novorizontino
Rio Pardo de Minas	3.118,6720	30.578	59,82	40,18	65,75	6.543,73	0,633	Semiárido Bsh	1790	9,80	riopardense
Rubelita	1.110,3000	7.772	67,63	32,37	71,88	4.935,04	0,66	Semiárido Bsh	940	7,00	rubelitense
Salinas	1.897,6900	41.301	21,60	78,4	75,61	7.134,26	0,699	Semiárido Bsh	471	21,76	salinense
Santa Cruz de Salinas	587,2680	4.397	73,82	26,18	70,38	5.288,02	0,599	Semiárido Bsh	750	7,49	santacruzense
Santo Antônio do Retiro	796,8720	6.938	77,14	22,86	65,64	4.082,50	0,601	Semiárido Bsh	870	8,71	retirense
São João do Paraíso	1.921,1720	23.309	54,14	45,86	64,21	5.364,76	0,644	Semiárido Bsh	1073	12,13	Paraisense
Taiobeiras	1.194,2300	33.040	18,94	81,06	72,93	6.578,76	0,699	Semiárido Bsh	1430	27,67	taiobeirense
Vargem Grande do Rio Pardo	494,0890	4.733	48,85	51,15	67,67	5.537,84	0,598	Semiárido Bsh	850	9,58	vargemgrandense
Média			49,37	50,63	67,31	5.646,63	0,624		978,176	13,31	hab./km2

Fonte: Magalhães, M.A & Fernando, 2016.

A seguir apresentaremos um perfil resumido de cada um dos municípios que compõe a região Alto Rio Pardo.

4.1 Águas Vermelhas

MAPA 2 – Município de Águas Vermelhas.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

Supõe-se terem sido índios da tribo tupis os primitivos habitantes da região Alto Rio Pardo, onde hoje se localiza o município Águas Vermelhas, com base em inscrições existentes na região. Grande parte das terras pertencia ao conde da Ponte que possuía uma sesmaria, presume-se que as primeiras famílias aqui se fixaram em busca de terras cultiváveis. O distrito criado por lei provincial em 1875 era subordinado ao município Salinas-MG. Em 1923 cedeu território ao distrito Taiobeiras que fora transferido do município Rio Pardo de

Minas Gerais para o município Salinas. Desmembrado do município Salinas foi elevado a município de Águas Vermelhas pela lei nº 2.764 de 30-12-1962, conforme Mapa 2. A origem do topônimo se deve à cor ferruginosa das águas do córrego que banha o município. Em 1976 são criados os distritos de Curral de Dentro, Divisa Alegre e Itamarati, estes, anexados ao município de Águas Vermelhas. Em 1995, foi criado o distrito Machado Mineiro e os distritos existentes são elevados à categoria de município. A partir de 2001, o município permanece com 03 distritos: Águas vermelhas, Itamarati e Machado Mineiro (IBGE, 2016). O município Águas Vermelhas se localiza numa região de transição com clima semiárido, presença do bioma mata atlântica e altitude de 1430 metros, possui área de 1.257,60km² e uma população de 12.722 hab., sendo 29,7 rural e 70,28 urbana representando uma densidade demográfica de 10,12 hab./km². A população águas-vermelhense possui um índice 68,24 de alfabetização, um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 7.674,93 e IDH médio com o indicador de 0,628 (PNUD, 2000).

4.2. Berizal

MAPA 3 – Município de Berizal.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

O povoado foi formado por negros escravos foragidos e libertos da escravidão que fizeram as primeiras casas de enchimento, cobertas de palhas e construíram ainda, uma igreja de adobe que denominaram de São Sebastião, o santo padroeiro. O nome Berizal foi composto pelo padre Jaime Ferreira que atendia a comunidade local, devido à existência de brejos nas imediações do povoado e que eram utilizados para plantações de arroz. Assim sendo, Beri vem de brejos e Zal de arrozal, mudando a denominação do município. Atualmente

fazem parte do município os povoados de: Barreiros, Vila São João, Pé do morro, Taperinha, Caldeirão, Tabatinga, veredão, Capim de cheiro, Beira mar, Bara terra e Para terra cultivar. Para os amantes de esportes radicais uma ótima opção é a serra do Anastácio onde pode se fazer a pratica de caminhadas, paraglider, asa delta dentre outros esportes.

O território de Berizal era parte integrante do município Salinas, no entanto, com a emancipação de Taiobeiras ocorrida em 1953, Berizal passou a pertencer ao município Taiobeiras, enquanto em Salinas figura o povoado Matrona. Em 16 de junho de 1968, pela Lei n.º 223, Berizal foi elevado à categoria de distrito. Em 21 de dezembro de 1995 Berizal emancipou-se de Taiobeiras, conforme Mapa 3. Atualmente sua economia esta baseada na agricultura familiar, fruticultura e no plantio de eucalipto (IBGE Cidades, 2016).

O município Berizal localiza-se numa região de transição, presença do bioma mata atlântica com clima semiárido e altitude de 680 metros, possui área de 493,3350 km² e uma população de 4.371 hab., sendo 43,14 rural e 56,86 urbana representando uma densidade demográfica de 8,86hab./km². A população Berizalense possui um índice 68,96 de alfabetização, um PIB per capita de 4.905,42 e IDH baixo com o indicador de 0,599 (PNUD, 2000).

4.3. Curral de Dentro

MAPA 4 – Município de Curral de Dentro.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

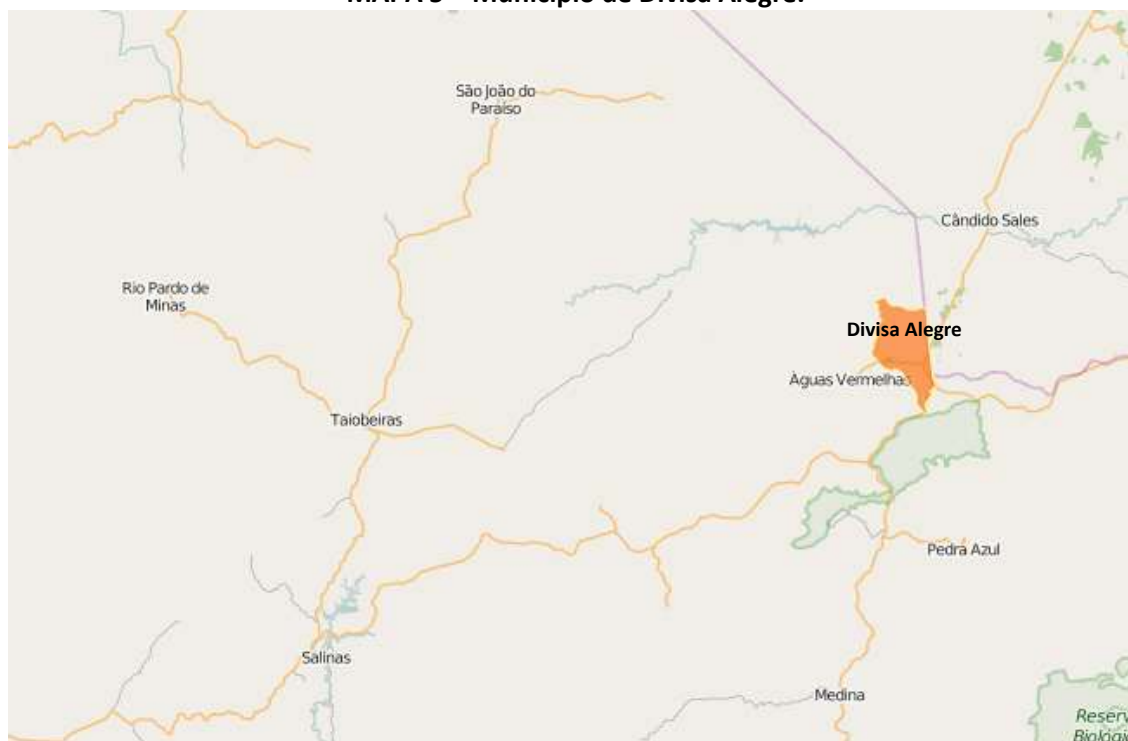
Curral de Dentro era um lugarejo, cujo dono era o Sr. Capitão Ramirão que criava muito gado e, para separar o gado construiu um curral grande e um menor dentro deste. É por esse motivo que a cidade recebeu o nome de Curral de Dentro. Os currais tinham o objetivo de atender a fazendeiros, seus capatazes e vaqueiros, quando passavam pela região e precisavam pernoitar, para prenderem seus gados sem se preocuparem. Após a morte do Capitão Ramirão, ocorreu a ampliação do povoamento local com a vinda de famílias para o local.

Assim sendo, Curral de Dentro tornou-se uma vila com poucas famílias. “As casas eram feitas de enchimento ou de madeiras entrelaçadas, amarradas com cipó e revestidas com barro” (IBGE cidades, 2016). As atividades agrícolas eram na sua maioria produtos para subsistência. A mandioca era utilizada na fabricação de farinha produzida em casas de roda e comercializada entre os povoados de Pedra Azul e Taiobeiras. Em 1976 tornou-se distrito do município Águas Vermelhas, até 1995, quando foi elevado a categoria de município, conforme Mapa 4. Em 2003 é criado o distrito de Maristela pertencente ao município Curral de Dentro.

O município Curral de Dentro localiza-se numa região de transição presença do bioma mata atlântica e cerrado com clima semiárido e altitude de 900 metros, possui área de 568,2630 km² e uma população de 6.913 hab., sendo 15,56 rural e 84,44 urbana representando uma densidade demográfica de 12,17 hab./km². A população curraldentense possui um índice 70,88 de alfabetização, um PIB per capita de 5.274,37 e IDH baixo com o indicador de 0,597 (PNUD, 2000).

4.4. Divisa Alegre

MAPA 5 – Município de Divisa Alegre.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

O Distrito criado com a denominação de Divisa Alegre subordinado ao município de Águas Vermelhas. Elevado á categoria de município com a denominação de Divisa Alegre, em 1995, conforme Mapa 5. O município Divisa Alegre localiza-se numa região de transição presença do bioma mata atlântica com clima semiárido e altitude de 960 metros, possui área de 118,4770 km² e uma população de 5.884

hab., sendo 3,25 rural e 96,75 urbana representando uma densidade demográfica de 49,66 hab./km². A população divisalegrense possui um índice 68,85 de alfabetização, um PIB per capita de 8.362,43 e IDH médio com o indicador de 0,656 (PNUD, 2000).

4.5. Fruta de Leite

MAPA 6 – Município de Fruta de Leite.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

A cidade tem este nome pela presença em sua vegetação de uma grande quantidade de uma fruta comestível adocicada chamada fruta de leite. Sua emancipação ocorreu em dezembro de 1995 e a padroeira da cidade é Santa Izabel. Distrito criado com a denominação de Fruta de Leite, criado em 1993, subordinado ao município de Salinas. Elevado à categoria de município com a denominação de Fruta de Leite, em 1995, desmembrado de Salinas, conforme Mapa 6.

O município Fruta de Leite localiza-se numa região de transição presença do bioma mata atlântica e cerrado, com clima semiárido e altitude de 900 metros, possui área de 758,4220 km² e uma população de 5.940 hab., sendo 65,72 rural e 57,1 urbana representando uma densidade demográfica de 7,83 hab./km². A população fruta de leitense possui um índice 57,1 de alfabetização, um PIB per capita de 5.371,59 e IDH baixo com o indicador de 0,586 (PNUD, 2000).

4.6. Indaiabira

MAPA 7 – Município de Indaiabira.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

Indaiabira iniciou-se na fazenda Palmeiras do Bom-Fim, numa vasta área territorial que era propriedade do Senhor Francisco Xavier de Barros. Fundada em 1908 com doação dos terrenos por parte do seu proprietário e criado com território do extinto distrito de Serra Nova do município de Rio Pardo, subordinado ao município de Rio Pardo, a fazenda se transformou em um lugarejo denominado Coqueiros (1939 a 1943). A partir de então, tornou-se uma Vila com o nome de Indaiabira, a Vila Indaiabira, torna-se distrito

pertencendo ao Município de Rio Pardo de Minas, perdeu parte do seu território para o novo município de São João do Paraíso, que permanece até hoje. Em 1995, foi elevado à categoria de município com a denominação de Indaiabira, conforme Mapa 7.

Em 1999 é criado o distrito de Barra de Alegria e anexado ao município de Indaiabira. A origem do topônimo: INDAIA & BIRA: da língua tupi-guarani: "Indaiá" designação comum de várias palmeiras... "BIRA": designação comum a várias espécies arbustivas que se caracterizam por produzir boa fibra na entrecasca (IBGE, cidades).

O município Indaiabira localiza-se numa região de transição presença do bioma mata atlântica e cerrado com clima semiárido e altitude de 835 metros, possui área de 1.008,1810 km² e uma população de 7.330 hab., sendo 62,59 rural e 37,41 urbana representando uma densidade demográfica de 7,27 hab./km². A população indaiabireNSE possui um índice 61,67 de alfabetização, um PIB per capita de 4.916,24 e IDH baixo com o indicador de 0,571 (PNUD, 2000).

4.7. Montezuma

MAPA 8 – Município de Montezuma.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

No início do séc. XIX começa o povoamento do arraial Água Quente na fazenda Tábua e recebe tal denominação devido à existência de uma fonte de água termal, várias outras fontes são descobertas atraindo pessoas de diversos lugares. Forma-se, a partir daí, o povoado. Em 1890 subordinado ao município de Rio do Pardo, com o nome da Santana da Água Quente, é criado o distrito. O nome é reduzido

para Água Quente em 1938 e, cinco anos mais tarde, é dada a atual denominação de Montezuma. Elevado à categoria de município com a denominação de Montezuma, pela lei estadual nº 10704, de 27-07-1992, desmembrado de Rio Pardo de Minas, conforme Mapa 8.

O município Montezuma localiza-se numa região de transição de cerrado, caatinga e mata atlântica, com clima tropical diferindo do clima dos demais municípios da região que possuem clima semiárido. A altitude é de 910 metros e possui área de 1.133,7390 km², a sua população é 7.472 hab., sendo 58,75 rural e 41,25 urbana representando uma densidade demográfica de 6,59 hab./km². A população montesumense possui um índice 67,72 de alfabetização, um PIB per capita de 4.327,23 e IDH médio com o indicador de 6,59 (PNUD, 2000).

4.8. Ninheira

MAPA 9 – Município de Ninheira.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

O Povoado Ninheira teve seu início em 1957 com alguns moradores que construíram suas residências e implantaram uma feira de rua que contribuiu para o desenvolvimento da região. Pertenceu ao Município São João do Paraíso até 1995 quando foi elevado a categoria de município e, portanto, desmembrado de São João do Paraíso, conforme Mapa 9. Sua denominação se deve ao fato de, na época, existir uma árvore no centro da cidade que tinha uma grande quantidade de ninhos de pássaros.

O município Ninheira localiza-se numa região de transição presença do bioma mata atlântica, com clima semiárido. A altitude é de 940 metros e possui área de 1.114,2420 km², a sua população é 7.472 hab., sendo 73,28 rural e 26,72 urbana representando uma densidade demográfica de 8,81 hab./km². A população ninheirense possui um índice 54,82 de alfabetização, um PIB per capita de 4.807,40 e IDH médio com o indicador de 0,604 (PNUD, 2000).

4.9. Novorizonte

MAPA 10 – Município de Novorizonte.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

No Indaiá, então distrito do município de Salinas/MG, residia o senhor João Bernardino de Souza, o popular João Davilino, fazendeiro e proprietário da fazenda Córrego da Xicara que exercia uma diversidade de atividades agrícolas e pecuárias, além de fabricar cachaça. Em 1953, moradores locais reuniram-se para planejar a construção de uma Igreja no lugar chamado Novo Indaiá, o que foi aceito pelas famílias Almeida e Ferreira, doando o terreno para a realização desta obra. Foram doados os recursos financeiros para a construção da

Igreja pelos participantes, que se fizeram presentes naquela data. João Bernardino demoliu todas as casas que tinha no Indaiá e trouxe o material para reconstruir outras ao redor da Igreja.

Doutor Costa era o prefeito de Salinas, em visita ao Novo Indaiá, em 06 de outubro de 1953 – ao vislumbrar a chapada disse a João Bernardino: "isto aqui é um muito bonito, é um horizonte" (FRANCISCO,2016). Por isso foi colocado o nome de Novorizonte. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação Novorizonte, em 1995, desmembrado de Salinas, conforme Mapa 10.

O município Novorizonte localiza-se numa região de transição presença do bioma mata atlântica e cerrado, com clima semiárido e altitude de 900 metros, possui área de 264,0760 km² e uma população de 4.963 hab., sendo 65,40 rural e 34,6 urbana representando uma densidade demográfica de 18,79 hab./km². A população novorizontina possui um índice 72,03 de alfabetização, um PIB per capita de 4.888,25 e IDH médio com o indicador de 0,648 (PNUD, 2000).

4.10. Rio Pardo de Minas

MAPA 11 – Município de Rio Pardo de Minas.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

A expedição de Espinosa Navarro percorreu todo o vale do Rio Pardo, seu povoamento originou da exploração de minérios preciosos: ouro e diamantes nas serras do atual distrito Serra Nova. O comércio naquela época era direto com a capital da Bahia e cidades baianas tais como: Condeúba, Calculé, Feira de Santana, entre outras. O município Rio Pardo recebeu tal nome em virtude das águas de cor

parda e lamacentas do rio que percorria a região. Os povoadores de origem portuguesa possuíam grandes fazendas que exploravam o trabalho escravo submetido às atividades agrícolas e de mineração.

A vila de Rio Pardo foi criada em 13 de outubro de 1831, com território desmembrado do município de Minas Novas. Em 1872, foi a sede municipal elevada à categoria de cidade. Segundo a divisão administrativa de 1911, o município era constituído pelos seguintes distritos: Rio Pardo, São João do Paraíso, Serra Nova, Água Quente, veredinha e Taiobeiras. Em 1923, o município perdeu o distrito de Taiobeiras que passou a integrar ao município Salinas. Em 1938, o distrito de Serra Nova foi extinto e seu território passou a constituir o novo distrito de coqueiros, atual Indaiabira no mesmo município de Rio Pardo. Em 1943, o município perdeu os distritos de São João do Paraíso, elevado a categoria de município, e teve seu topônimo alterado para Rio Pardo de Minas, conforme Mapa 11. Era a seguinte composição distrital em face do citado em virtude das mudanças ocorridas: Rio Pardo de Minas, Indaiabira, (ex-Coqueiro) e Montezuma (ex-Água Quente). Em 1953, integram o município os seguintes distritos: Rio Pardo de Minas, Indaiabira, Montezuma e Serra Nova, este último criado em 1948.

O município Rio Pardo de Minas apresenta no aspecto geral um território montanhoso, situado próximo a Serra Geral drenado pelos rios Pardos e Preto. Localiza-se numa região de transição presença do bioma mata atlântica e cerrado com clima semiárido e altitude de 1790 metros, possui área de 3.118,6720 km² e uma população de 30.578 hab., sendo 59,82 rural e 40,18 urbana representando uma densidade demográfica de 9,80 hab./km². A população riopardense possui um índice 65,75 de alfabetização, um PIB per capita de 6.543,73 e IDH médio com o indicador de 0,633 (PNUD, 2000).

4.11. Rubelita

MAPA 12 – Município de Rubelita.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

Em 1876, com a chegada de Manoel Honório da Bandeira e construção de uma Igreja, denominada Senhor Bom Jesus inicia a história de povoamento da região que recebe o nome de Bom Jesus de Salinas, por pertencer ao município Salinas. Devido a constantes festas religiosas com entrega de bandeira em especial a bandeira em louvor ao Bom Jesus, o povoado recebeu nova denominação, Bandeira.

Em razão da descoberta de uma jazida de pedras semipreciosas chamadas rubelitas, pertencente à família das turmalinas, na região, o povoado muda à nomenclatura e passa a chamar Rubelita. A nova denominação do povoado ocorreu por volta de 1838. Tal descoberta atraiu muitos garimpeiros que aqui fizeram residência, vivendo da extração mineral e também da pecuária e da agricultura. Em 1942, foi criado o distrito de Rubelita, circunscrito ao Município Salinas. Em 1963, foi criado o Município Rubelita que é desmembrado do município Salinas e possui dois povoados, denominados Lagoa de Baixo e Amparo do Sitio, conforme Mapa 12.

O município Rubelita apresenta como principais rios: Rio Salinas, Rio Vacarias e Rio São José com clima semiárido de inverno seco e verão chuvoso, localiza-se numa região de transição e a vegetação se divide entre cerrado, campos e matas e presença do bioma mata atlântica e altitude de 940 metros, possui área de 1.110,3000 km² e uma população de 7.772 hab., sendo 67,63 rural e 32,37 urbana representando uma densidade demográfica de 7,00 hab./km². A população rubelitense possui um índice 71,88 de alfabetização, um PIB per capita de 4.935,04 e IDH médio com o indicador de 0,66 (PNUD, 2000).

4.12. Salinas

MAPA 13 – Município de Salinas.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

O desbravamento da região de Salinas ocorreu sob o comando de Antônio Luís dos Passos, a procura de riquezas. Foram encontradas jazidas de sal, produto, então escasso e de elevado preço. Tal descoberta contribuiu, sobremaneira, para o povoamento da região, onde hoje se ergue a cidade Salinas. A proprietária dos terrenos, D. Faustina Fernandes Pessoa, doou uma extensa área para erguerem a capela de Santo Antônio, e para construírem ali suas casas. Tão logo foi levantada a capelinha, os exploradores das jazidas, construíram

suas casas, ao redor do templo. Assim, surge o arraial de Santo Antônio de Salinas, em homenagem ao padroeiro e em referência às jazidas da região, pertencente a Rio Pardo. A Lei nº. 2.725, de 18 de dezembro de 1880 criou o município de Santo Antônio de Salinas (em 1923 o município passou a se chamar somente Salinas - Lei Estadual nº. 843, de 7 de setembro de 1923), conforme Mapa 13.

O município de Salinas apresenta como principais rios: Rio Salinas, Rio Bananal e Rio Caraíbas com clima semiárido de inverno seco e verão chuvoso, localiza-se numa região de transição e a vegetação se divide entre cerrado, campos e matas e presença do bioma mata atlântica e altitude de 471 metros, possui área de 1.897,6900 km² e uma população de 41.301 hab., sendo 21,60 rural e 78,4 urbana representando uma densidade demográfica de 21,76 hab./km². A população salinense possui um índice 75,61 de alfabetização, um PIB per capita de 7.134,26 e IDH médio com o indicador de 0,699 (PNUD, 2000).

4.13. Santa Cruz de Salinas

MAPA 14 – Município de Santa Cruz de Salinas.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

A região da fazenda Santa Cruz que pertencia à família Gomes Cardoso era parte da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, província de Minas Gerais. A fazenda Santa Cruz era ponto de pousada de tropeiros que faziam a rota da Bahia, trazendo sal para a região de Rio Pardo e levando mantimentos. As herdeiras da fazenda Santa Cruz doaram parte de suas terras para a formação de um vilarejo sendo construídas as primeiras casas e uma capela que ganhou a imagem de Bom Jesus, o seu padroeiro. O vilarejo, por estar

situado na fazenda Santa Cruz, passou a ser conhecido por este nome. Em 1887, foi criado o município Salinas, com território desmembrado do Município Rio Pardo de Minas e estendendo-se até a fazenda Santa Cruz que já havia iniciado uma povoação como o nome de Povoado de Santa Cruz. Em 1911, a localidade foi elevada à categoria de Distrito, já com o atual nome de Santa Cruz de Salinas. Por volta de 1920, para expandir os domínios políticos exercidos pelo Coronel Idalino Ribeiro, o seu companheiro e grande amigo, o Tenente Felismino Henriques de Souza, instalou uma loja de tecidos no Distrito e passou a comandar a localidade, adquiriu terras e instalou um engenho de cana-de-açúcar onde alambicava muita aguardente na "Fazenda do Engenho". Sua numerosa família passou a exercer grande influência política, econômica e cultural no desenvolvimento do lugar. Outro marco importante dessa época foi a passagem de membros da Coluna Prestes pelo Distrito, cujos componentes eram conhecidos como "os revoltosos". A sua emancipação política ocorreu em 1995, elevado à categoria de município com a denominação de Santa Cruz de Salinas, desmembrado de Salinas, conforme Mapa 14.

O município Santa Cruz de Salinas apresenta clima semiárido de inverno seco e verão chuvoso, localiza-se numa região de transição e a vegetação se divide entre cerrado, campos e matas e presença do bioma mata atlântica e altitude de 750 metros, possui área de 587,2680 km² e uma população de 4.397 hab., sendo 73,82 rural e 26,18 urbana representando uma densidade demográfica de 7,49 hab./km². A população salinense possui um índice 70,38 de alfabetização, um PIB per capita de 5.288,02 e IDH baixo com o indicador de 0,599 (PNUD, 2000).

4.14. Santo Antônio do Retiro

MAPA 15 – Município de Santo Antônio do Retiro.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

Santo Antônio do Retiro era uma fazenda dividida entre seus primeiros habitantes, um lugar tranquilo, os moradores todos conhecidos, se sustentavam através do plantio, da criação e da caça. Por volta de 1935, com a chegada de novos habitantes começa a surgir uma pequena vila com o nome de Retiro, surgindo escola e professores, que alfabetizavam em suas próprias casas porque não havia um prédio escolar. Em 1950, inaugura o primeiro prédio escolar. O nome Santo Antônio do Retiro é em virtude do santo padroeiro Santo

Antônio, que foi encontrado por moradores em um córrego próximo a vila, moradores diziam que esse santo foi levado à igreja, onde voltava ao local encontrado misteriosamente, ate que foi construída a igreja de Santo Antônio próxima a o córrego. A partir de então surge à festa do padroeiro realizada entres os dias 31 de maio a 13 de junho, com comidas típicas, leilões, barraquinhas, procissões, e muita dança, principalmente forró. O novo distrito que pertencia a Rio Pardo de Minas com melhorias em infraestrutura: um mercado no meio da praça, uma igreja um prédio escolar, algumas casas e novas gerações. O meio de transporte se dava por tropas de burros. Na década de 60, apareceu o primeiro rádio, como meio de comunicação; o primeiro caminhão FORD F-5, como meio de transporte e ainda maquinas de costuras, arados, máquinas de plantar. O distrito criado com a denominação de Santo Antônio do Retiro, 1962, subordinado ao município de Rio Pardo de Minas. Em 1995 é elevado à categoria de município com a denominação de Santo Antônio do Retiro, desmembrado de Rio Pardo de Minas, conforme Mapa 15.

O município Santo Antônio do Retiro apresenta clima semiárido de inverno seco e verão chuvoso, localiza-se numa região de transição e a vegetação se divide entre cerrado, campos e matas e presença do bioma mata atlântica e altitude de 870 metros, possui área de 796,8720 km² e uma população de 6.938 hab., sendo 77,14 rural e 22,86 urbana representando uma densidade demográfica de 8,71 hab./km². A população retirense possui um índice 65,64 de alfabetização, um PIB per capita de 4.082,50 e IDH médio com o indicador de 0,601 (PNUD, 2000).

4.15. São João do Paraíso

MAPA 16 – Município de São João do Paraíso.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

A região onde hoje está localizado o município era habitada pelos índios tapuias, até que o Conde da Ponte recebeu da Coroa as terras que iam até a fronteira da Bahia, abrangendo boa parte da bacia do rio Pardo. Suas terras continham todo o território do atual município. No começo do séc. XVIII, a propriedade do Conde da Ponte estava arrendada na forma de fazendas. Em 1833, é criado o distrito de São João da Raposa, assim chamado devido à abundância de raposas na região, ligado ao município de Rio Pardo. Em 1888, por iniciativa de Raimundo Meireles, descendente de um dos primeiros povoadores, foi doado um terreno para a construção da capela

de Nossa Senhora da Saúde, às margens do rio São João. Com a seca de 1890, as terras férteis da região atraíram muitos retirantes, e o arraial ganhou forte impulso, tornando-se importante centro comercial e passando a ser conhecido como São João do Paraíso. Torna-se município em 1943. Distrito criado com a denominação de São João do Paraíso, em 1891, e anexado ao município de Rio Pardo. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de São João do Paraíso figura no município de Rio Pardo. Em 1943 é elevado à categoria de município com a denominação de São João do Paraíso e desmembrado de Rio Pardo de Minas (ex-Rio Pardo), conforme Mapa 16. Em 1948 é criado o distrito de Vereda do Paraíso (ex-povoado) e anexado ao município de São João do Paraíso. Em divisão territorial datada de 1995, o município aparece constituído do distrito sede, pois o distrito de Vereda do Paraíso foi criado e não instalado.

O município São João do Paraíso apresenta clima semiárido de inverno seco e verão chuvoso, localiza-se numa região de transição e a vegetação se divide entre caatinga, campos e matas e presença do bioma mata atlântica e altitude de 1073 metros, possui área de 1.921,1720 km² e uma população de 23.309 hab., sendo 54,14 rural e 45,86 urbana representando uma densidade demográfica de 12,13 hab./km². A população paraisense possui um índice 64,21 de alfabetização, um PIB per capita de 5.364,76 e IDH médio com o indicador de 0,644 (PNUD, 2000).

4.16. Taiobeiras

MAPA 17 – Município de Taiobeiras.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

A origem de Taiobeiras se deu no antigo Sítio Bom Jardim, por ligar Teófilo Otoni, em Minas Gerais, aos municípios do sertão da Bahia por uma rota e outra rota seguia em direção ao Brejo das Almas (Francisco Sá) e Montes Claros. Assim sendo, tornou naturalmente, entroncamento de tropeiros e viajantes, que percorriam tais rotas. Neste lugar foi construída uma capela com um cruzeiro levantado no local em 1875 e um cemitério originando de fato o povoado, por Vitoriano Pereira da Costa e sua esposa que doaram uma parte do Sítio Bom Jardim para o início das primeiras construções. Com as visitas periódicas do padre Espiridião, moradores das redondezas

começaram a ser atraídos para a localidade. Alguns fazendeiros se cotizaram e abriram uma vala que conduzia água do córrego Bom Jardim ao povoado nascente. As primeiras casas foram construídas onde hoje é a avenida da Liberdade, no quarteirão entre a travessa Martinho Rego e a rua Bom Jardim. Os primeiros comércios eram estabelecimentos precários que serviam cachaça e alguma comida. Em 1924 o povoado foi transformado em distrito do município de Salinas, com o nome de Bom Jardim das Taiobeiras, nome ligado a uma raiz nativa da região, a taioba. A emancipação definitiva deu-se em 1953, com a instalação do novo município ocorrendo no ano seguinte, conforme Mapa 17.

O município Taiobeiras apresenta clima semiárido de inverno seco e verão chuvoso, localiza-se numa região de transição e a vegetação se divide entre caatinga, campos e matas e presença do bioma mata atlântica e altitude de 1430 metros, possui área de 1.194,2300 km² e uma população de 33.040 hab., sendo 18,94 rural e 81,06 urbana representando uma densidade demográfica de 27,67 hab./km². A população taiobeirense possui um índice 72,93 de alfabetização, um PIB per capita de 6.578,76 e IDH médio com o indicador de 0,699 (PNUD, 2000).

4.17. Vargem Grande do Rio Pardo

MAPA 18 – Município de Vargem Grande do Rio Pardo.



Fonte: IBGE Cidades, 2016.

O município Vargem Grande do Rio Pardo antigamente servia de passagem para os romeiros que iam a cavalo, mulas e carros de boi para Bom Jesus da Lapa/BA. Além de ser região, onde muitas das vezes se refugiavam pessoas (famílias inteiras) vindas de outras partes de Minas (Norte) e da Bahia pelos mais diversos motivos, inclusive por motivos de cangaceiros, revoltosos e pistoleiros, etc, que constituíram a base primitiva das primeiras famílias que se estabeleceram e começaram o povoamento e as demarcações de terras, territórios.

Distrito criado com a denominação de Vargem Grande do Rio Pardo (ex-povoado de Vargem Grande), em 1982, subordinado ao município de Rio Pardo de Minas. Elevado à categoria de município com a denominação de Vargem Grande do Rio Pardo, em 1995, desmembrado de Rio Pardo de Minas. O processo de emancipação municipal de Vargem Grande do Rio Pardo ocorreu em 1995, conforme Mapa 18.

O município Vargem Grande do Rio Pardo apresenta clima semiárido de inverno seco e verão chuvoso, localiza-se numa região de transição e a vegetação se divide entre cerrado, campos e matas e presença do bioma mata atlântica e altitude de 850 metros, possui área de 494,0890 km² e uma população de 4.733 hab., sendo 48,85 rural e 51,15 urbana representando uma densidade demográfica de 9,58 hab./km². A população vargengrandense possui um índice 67,67 de alfabetização, um PIB per capita de 5.537,84 e IDH baixo com o indicador de 0,598 (PNUD, 2000).

5. ALTO RIO PARDO 2030: POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico, como define Philip Kotler (1975), “*é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização (território), visando maior grau de interação com o ambiente*”. Trata-se de um processo contínuo durante o qual é definida a missão, a visão de futuro, os objetivos e os projetos de intervenção que visam à mudança desejada. Dessa forma permite que todos os esforços realizados, em qualquer área, tenham unidade e sejam coerentes com o objetivo único de obter um desempenho superior, no nosso caso, oferecer qualidade de vida às pessoas oportunizando-as as liberdades de ser e fazer aquilo que forem capazes de sonhar.

Tal propósito constitui-se como a principal meta do planejamento estratégico territorial e resulta da definição consciente do seu posicionamento, ou seja, do que a região pretende ser e fazer, aonde se quer chegar e como vislumbra esse caminhar. É, portanto, um processo que apresenta de modo mais eficiente (com a melhor concentração de esforços e recursos) os caminhos a seguir, ao decidir antecipadamente o que deve ser feito, de que maneira deve ser feito, quando se deve fazer e quem deverá fazê-lo, para o alcance de uma situação futura desejada.

Com esse objetivo, o posicionamento estratégico proposto para o TARP, decorre da avaliação da sua posição atual por meio da realização de um diagnóstico estratégico que sintetiza uma análise situacional do território, a partir da colocação de duas questões centrais: onde estamos e como estamos?

A partir de tal avaliação o processo de planejamento estratégico se debruçou sobre outras três questões que permitiram a definição do posicionamento pretendido para o Alto Rio Pardo: quem somos, aonde vamos e como iremos?

5.1 Diagnóstico Estratégico

O grande papel do diagnóstico estratégico é oferecer aos planejadores uma análise ou situacional que estabeleça a identificação dos principais aspectos do ambiente (externo) e os mais decisivos atributos (interno) do território que, combinados, descortinem as principais forças ou fatores que influenciam o desenvolvimento regional (ora limitando-o, ora impulsionando-o) e, que assim, sejam relevantes para a proposição do seu posicionamento estratégico. Seu objetivo, portanto, é indicar os limites das ações que podem ser empreendidas pela territorialidade, servindo de base para que se possa analisar de que forma os fatores externos afetam positiva ou negativamente o seu desenvolvimento e, assim, oferecer condições para que as forças ou/e fraquezas identificadas possam ser dirigidas a fazer frente ao cenário de oportunidades e/ou ameaças (onde e como estamos) e estabelecer diretrizes e estratégias para o alcance de um futuro desejado (aonde e como vamos) de maneira alinhavada às suas premissas fundamentais (quem somos).

Por assim ser, é, portanto, a base das formulações constantes deste planejamento estratégico e se deu pela caracterização da dinâmica econômica territorial, pela identificação dos principais ícones regionais, pela realização da análise SWOT e montagem da matriz FOFA e, por fim, pela consolidação dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento regional na atualidade, na ótica das lideranças que compuseram o grupo de planejamento.

5.1.1 Dinâmica Econômica Territorial

A ocupação do Alto Rio Pardo teve início a partir da formação dos caminhos destinados à *“circulação de gado e transporte de mercadorias para abastecimento da região das minas, a partir do Nordeste”* (ARAÚJO, 2013, p. 13) e que foi decorrente dessas rotas que se inicia a fixação populacional na região. Até o princípio do século XIX o trajeto tinha como principais fluxos o comércio e a mineração, mas essa em decadência faz com que o ARP passasse pela sua primeira transformação, ou seja, a reinvenção da sua economia e da sua perpetuação urbana. Nesse sentido, tais mudanças contribuíram para aumentar o isolamento das cidades, principalmente no que quesito de acessibilidade e do baixo desenvolvimento econômico regional. Entretanto, *“esse isolamento foi determinante nas relações sociais, econômicas e de consumo, contribuindo para que o território fosse mais bem caracterizado pelos modos de vida desenvolvidos no campo e não nas cidades, que constituem, grosso modo, apenas pontos de conexão entre o campo e o resto do mundo”* (ARAÚJO, 2013b, p. 13). Assim, a região se consolida seguindo seu próprio ritmo e características tão próprias e peculiares. Contudo, foi na década de 1980 que essa realidade começa a ser alterada, quando o trecho da BR-251 que liga Salinas a Montes Claros é asfaltado - cujo acesso finaliza na BR-116 Rio-Bahia - o que remete a novas oportunidades e ao despertar de suas vocações.

Atualmente, o ARP é uma região de fluxo intenso de veículos particulares, de prestadores de serviços e de transportadores, pois este é um dos principais acessos ao Nordeste Brasileiro. A priori, sem conhecimento prévio desse trajeto, o que se espera é uma rodovia duplicada, com acesso rápido e dinâmico. No entanto esta é uma realidade parcial, pois ao percorrer o trecho BR-251 a BR-116 o que se encontra são estradas de uma via, erosões que acarretam em desvios, constantes acidentes e apenas uma parte do trecho com melhor acesso. Para ter uma ideia do cenário, no ano de 2013, em 10 meses, ocorreram 459 acidentes, sendo a duplicação da rodovia uma responsabilidade do governo federal. Ao se pensar o trajeto é possível notar que pouco se evoluiu ao longo de mais de 30 anos e que as mudanças ainda são lentas e gradativas, remetendo a interesses políticos, particulares e econômicos de uma minoria. Assim, não é uma região avançada e bem aproveitada como deveria e poderia ser e, nem priorizada pelas esferas nacional e federal.

O mesmo se diz da região como um todo, que ainda é atrasada em termos de desenvolvimento e que possui características de pouca integração e produtividade. Tais fatores implicam na própria história regional, que manteve os seus empreendimentos afastados, o que inclui a rivalidade intermunicipal, o que dificulta o avanço dos negócios, da economia macro e demonstra um panorama de uma baixa coesão territorial. Como consequência o ARP apresenta “*um quadro regional de pobreza, fragmentação dos setores e dos agentes produtivos e de baixo dinamismo econômico*” (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010, p. 340). Além disso, é considerada a maior área territorial de Minas, cujo desenvolvimento é atrasado perante as demais regiões, pois apresenta uma economia “*pouco dinâmica, com forte predomínio do setor terciário. As atividades industriais são de pouca relevância, com participação de apenas 3% no valor da transformação industrial do estado de Minas Gerais*” (TEIXEIRA; SOUSA, 2014, p. 1). Todavia, é uma região que já começa a manifestar o interesse por uma articulação mais ampla na composição territorial em prol do desenvolvimento regional sustentável.

QUADRO 3 – Composição de Mercado por Setor em 2011.

Setor	Composição				Total
	Microempreendedor Individual	Microempresa	Pequena Empresa	Média e Grande Empresa	
Agronegócio	2			137 ¹	139
Comércio	288	929	22	4	1.243
Serviço	233	524	21	4	782
Ind. Transformação	115	168	1	3	287
Ind. Extrativista	0	50	7	0	57
Construção Civil	50	58	7	0	115
Total Geral	688	1.729	58	148	2.623

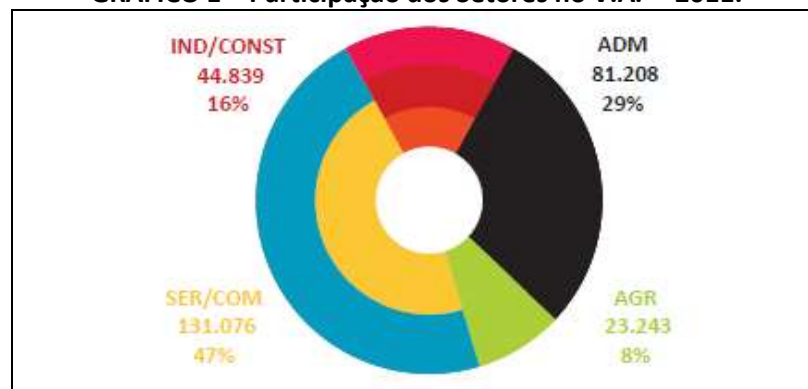
Fonte: IBGE, FJP, RAIS e Portal do Empreendedor.

Para entender o movimento atual do ARP é preciso melhor conhecer suas características e sua composição mercadológica, o que consequentemente influencia a economia da região. A sua base econômica se destaca respectivamente na seguinte ordenação das

¹ Os números apresentados correspondem a soma da ME, PE e MGE.

atividades do comércio, serviços, agronegócios, indústria de transformação, construção civil e indústria extrativista, conforme Quadro 2². Em relação à composição das empresas se destaca as Microempresas (ME), seguida dos Microempreendedores Individuais (MEI), das Médias e Grandes Empresas (MGE) e por fim das Pequenas Empresas (PE), e, é considerado baixo o índice de mortalidade das empresas locais. Os 5 (cinco) maiores segmentos produtivos se relacionam a fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas, a impressão de material de segurança, a produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, a extração de minério de metais preciosos e a fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira. Todavia, os setores que mais contribuem para os indicadores econômicos, como por exemplo, o Produto Interno Bruto, 47% é proveniente do Comércio e Serviços, 28% da Administração Pública, 16% da Indústria e da Construção Civil e 8% do Agronegócio, conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Participação dos Setores no V.A.³ - 2011.



Fonte: Unidade de Inteligência Empresarial do Sebrae Minas, 2014.

² Estes dados são compostos pelas informações da Microrregião de Salinas não abrangendo os municípios de Montezuma e de Santo Antônio do Retiro, conforme delimitação espacial adotada pelo Sebrae-MG, porém são os dados mais aproximados encontrados para demonstrar a realidade do ARP.

³ Valor Adicionado – corresponde ao valor que cada setor de atividade acrescenta ao PIB.

Carece destacar e enfatizar algumas características relacionadas aos setores que mais contribuíram para os indicadores econômicos anteriormente mencionados.

No caso do Comércio e Serviços, a rede empresarial tende a perder mercado para cidades maiores, como Montes Claros, pois nem sempre suprem as necessidades e demandas das grandes empresas da região. Em contrapartida, precisam investir na competitividade do setor, pois precisarão repensar suas ações e processos para que alcancem uma condição mercadológica sustentável. Para tanto, precisarão revisar produtividade e lucratividade, buscando medidas mais eficientes, que envolvam aprimoramento tecnológico, fornecimento, controles e registros. Além de que há de se buscar investimentos na melhoria do atendimento, da qualidade e da qualificação profissional.

No caso da Administração Pública, um dos maiores empregadores da região, observa-se a necessidade de incremento da promoção da ampliação do diálogo entre a esfera pública e a sociedade civil para busquem constituir ações e diretrizes que estejam condizentes com o que se pretende devolver na região. E deve ser ainda a indutora do desenvolvimento regional, pois pode ampliar suas estratégias para estimular o empreendedorismo e o surgimento de novos negócios. Para tanto, será fundamental o aprofundamento de suas vantagens competitivas para a abertura de novos negócios na região, assim como criar meios para aumentar a circulação do capital internamente, como no caso da dinamização das compras públicas realizadas pelos municípios.

No quesito indústria extrativista chama a atenção “*a baixa escolaridade e capacidade técnica da população do entorno dos empreendimentos*” (ARAÚJO, 2013, p. 13), que demanda de capacitar a mão de obra local ou de importa-la de outras regiões, o que desvia o capital circulante. Tal processo migratório também contribuiu para aumentar a demanda habitacional, o que ocasionou inclusive em investimentos na construção civil. Todavia, a Construção Civil também se submete as ações corretivas e oportunidades mercadológicas que devem ser pensadas e planejadas. De modo geral, com exceção das grandes empresas, as indústrias também

precisarão de aprimoramentos, que permitam o aumento da sua competitividade e suas ações são parecidas com as que precisam ser incorporadas pelos setores de Comércio e Serviços.

O ARP é uma região cuja estrutura produtiva se destaca *“pela convivência entre atividades agropecuárias, serviços de baixa complexidade e com demanda circunscrita à população local, além de produção industrial incipiente, concentrada principalmente nas atividades agroindustriais”* (TEIXEIRA; SOUSA, 2014, p. 8). O que se encontra é a agricultura de subsistência, com predominância do cultivo de pequena escala, com poucos excedentes que muitas vezes é realizada com a pecuária extensiva, como meio alternativo para o complemento da renda familiar.

“A agropecuária local é predominantemente de base familiar, prevalecendo cinco principais cadeias produtivas: carvão vegetal, mandioca (direcionada para a produção de farinha e polvilho), cana de açúcar (voltada para a produção de aguardente e rapadura), leite e derivados e agroextrativista (frutas do cerrado). No território existem empreendimentos de formato mais empresarial, como o reflorestamento, cuja atuação provoca forte impacto na agricultura familiar. À exceção deste tipo de empreendimento, o modelo de produção do tipo agricultura familiar prevalece em relação a outros modelos de produção agropecuária” (TEIXEIRA; SOUSA, 2014, p. 8).

Há uma grande concentração da renda agropecuária, mas em menor proporção para a que advém da agricultura de base familiar, cuja tecnificação ainda é considerada baixa e há necessidade de maior agregação de valor aos produtos. Todavia, são inexpressivas as atividades agropecuárias de base empresarial e *“a alta concentração fundiária, a centralização da renda regional e o modo de produção mais capitalista restrito a poucos estabelecimentos agropecuários contribuem ainda mais para o aprofundamento dos desequilíbrios intermunicipais no território”* (TEIXEIRA; SOUSA, 2014, p. 3). De modo geral, os avanços ao desenvolvimento da cadeia do Agronegócio dependem da modernização e fortalecimento do setor, contornando o isolamento existente – uma vez que as atividades estão distribuídas por todo o território - e buscando a adoção de processos produtivos mais eficientes e modernos.

Dois dos grandes entraves ao desenvolvimento da região se relacionam aos recursos hídricos e a melhoria da acessibilidade à região. O primeiro ocorre por causa das secas, das práticas inadequadas de uso, consumo e preservação das águas, o que acarreta na escassez para consumo e inclusive para as atividades que dela dependem, afetando diretamente nos resultados econômicos da região. O segundo, diz respeito a BR 251 que exerce grande importância para os empreendimentos da região, pois é através dela que se tem acesso para o transporte dos produtos. Entretanto, sem melhorias estruturais, continuará sendo um desafio para o progresso territorial.

Mediante, o cenário atual apresentado e para o enfrentamento dos desafios históricos e ao desenvolvimento do ARP, o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável – Alto Rio Pardo 2030**, direcionou suas ações para propor o avanço em investimentos e políticas abrangendo 7 (sete) eixos: 1) Agronegócios; 2) Educação; 3) Gestão Empresarial; 4) Gestão Pública; 5) Infraestrutura; 6) Recursos Hídricos e, 7) Turismo. Ao se refletir sobre este plano foram levadas em consideração as prioridades da região percebidas como um todo, pois o que se pretende é o aprimoramento e fortalecimento territorial dotado de ações e políticas públicas necessárias para transformar a realidade através da construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o ARP.

5.1.2 Ícones Regionais

Os ícones regionais são aqueles recursos com maior potencial de multiplicação e capazes de criar imagem de marca para a região. Podem ser recursos naturais, culturais, históricos e/ou econômicos disponíveis em quantidade expressiva e qualidade excepcional, de modo que possam sustentar a diferenciação do território. Nesse sentido a carne de sol de Montes Claros, ou os móveis de Ubá, ou o espumante de Champagne na França, ou o Queijo Canastra atuam fortemente nessa diferenciação e, dessa forma, se apresentam responsáveis por marcar também a identidade do lugar e a sua identificação externa enquanto região.

FIGURA I – Ícones Regionais.



Fonte: Própria.

No Alto Rio Pardo a Cachaça da região de Salinas apresenta-se como aquele produto com abrangência regional em termos de cadeia produtiva, inserção no mercado nacional e internacional, já consolidado como uma atividade econômica forte e reconhecido externamente como um produto típico da região. Dessa forma, é atualmente o produto regional com maior força de ícone do território. Em segundo nível, considerando o ciclo de desenvolvimento desses negócios, o Eucalipto (silvicultura), o Café e o Marmelo apresentam-

se como produtos também com força regional e potencial para consolidação como ícone a partir de um trabalho de valorização desses produtos na promoção do território. Por fim, na avaliação realizada no contexto do programa, o Polvilho, o Tomate e a indústria de Lingerie figuram num grupo que apresentam elementos promissores de consolidação como ícones regionais à medida que ampliem sua abrangência territorial, ampliem suas cadeias produtivas e ocuparem uma posição mais marcada no mercado externo.

5.1.3 Análise SWOT

A análise situacional do TARP foi realizada pela análise SWOT, sigla em inglês dos termos **Strengths** (Forças), **Weaknesses** (Fraquezas), **Opportunities** (Oportunidades) e **Threats** (Ameaças). É também conhecida como FOFA, matriz que consolida a análise das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças que influem sobre o território, ou outra unidade de análise. Trata-se de um importante instrumento de análise ambiental, muito utilizado para planejamento estratégico, uma vez que avalia a interdependência e influência mútua de fatores importantes que caracterizam o **ambiente interno** (forças e fraquezas) e o **externo** (oportunidades e ameaças), num dado momento, sob dadas circunstâncias. A matriz é considerada como um instrumento de análise simples e que consegue “*detectar pontos fortes e fracos de uma empresa [território, setor], com o objetivo de torná-la mais eficiente e competitiva, corrigindo assim suas deficiências*” (SEBRAE-NA, 2015). Essa técnica possibilita o conhecimento dos aspectos favoráveis e desfavoráveis do ambiente, assim como conhecer suas ameaças e oportunidades e, principalmente, gerar a percepção dos pontos-chave para formular as estratégias de desenvolvimento.

O Quadro 3 apresenta os aspectos principais identificados pelo grupo LÍDER como fatores que influem no desenvolvimento territorial considerando as oportunidades e as ameaças originadas por fatores externos (sociais, econômicos, políticos, legais, etc.) e as principais forças e debilidades do ambiente interno (recursos, competências e atributos). Tais percepções contribuíram para se pensar e planejar

as estratégias do plano de desenvolvimento regional e devem constantemente serem revisadas e atualizadas visto que a dinâmica de mudança social nos seus diversos campos se dá de forma constante e cada vez mais rápida.

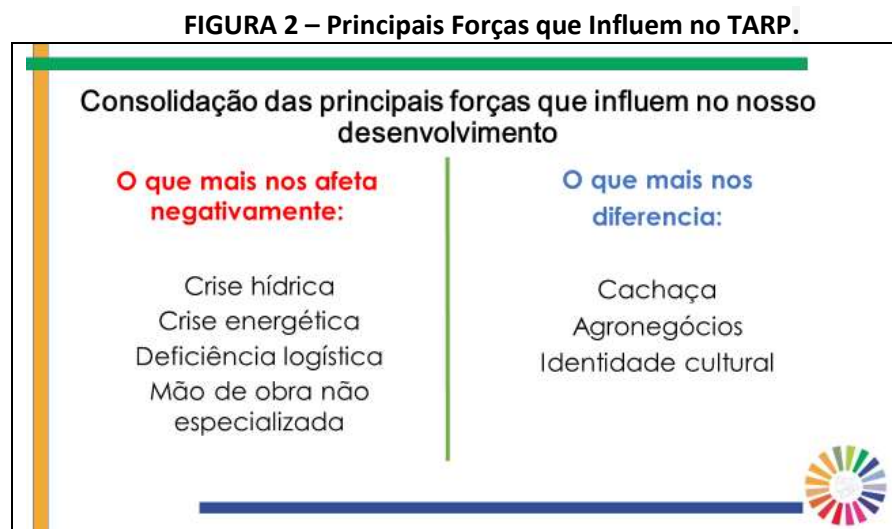
QUADRO 4 - Representação gráfica da matriz F.O.F.A. do TARP

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
FORÇAS		OPORTUNIDADES	
Agricultura familiar em todo território; Matriz do agronegócio diversificada; Produção e identidade da cachaça; Silvicultura; Polvilho; Marmelo Cerâmica; Lingerie		Aeroporto regional; Recursos minerais (pedras preciosas e minério de ferro); Solos férteis (agricultura familiar); Energias renováveis; Biodiversidade (fauna e flora); Agronegócio (fabricação de móveis); Disponibilidade de crédito específico para a região	
FRAQUEZAS		AMEAÇAS	
Baixa qualificação da mão de obra; Baixa massa salarial; Falta de união entre os municípios; Ineficiência da gestão pública municipal; Falta de estratégias de marketing territorial; Falta de investimentos e conhecimento técnico para combate à seca e manejo dos recursos hídricos (políticas para semiárido); Infraestrutura e logística deficiente;		Aumento da criminalidade; Comportamento cultural passivo e baixo espírito empreendedor da população em geral; Baixo índices educacionais; Crise hídrica; Crise política e descrédito nas lideranças públicas; Crise econômica nacional	

Fonte: própria.

5.1.4 Consolidação das Principais Forças que Influem sobre o nosso Desenvolvimento

A partir da identificação dos principais fatores ambientais que exercem influência no desenvolvimento regional (ora potencializando-o, ora limitando-o), sistematizados pela Matriz FOFA, o exercício de reflexão para identificação das forças mais importantes se deu pelo cruzamento ou combinação desses fatores com objetivo de se identificar (no momento desta análise) as forças que incidem de maneira mais determinante no desenvolvimento regional, oferecendo a este resistência (negativamente) ou impulso (positivamente). A figura 2 apresenta a síntese dessa avaliação.



Fonte: Própria.

5.2 Missão

A Missão é a declaração mais conhecida e utilizada nas definições estratégicas, pois é a explicação por escrito e a resposta a perguntas como:

✚ *Qual é a necessidade básica que a organização pretende suprir?*

✚ *Qual o seu chamado, sua vocação?*

✚ *Para que ela serve?*

✚ *Que diferença faz, para o mundo, ela existir ou não?*

✚ *Para que ela existe?*

Declarar a missão de um território (ou organização) é explicitar todas as intenções e aspirações desse. Além disso, é uma das formas mais eficazes de se concentrar esforços para o atingimento dos objetivos e metas que se pretende com este plano gerar convergência municipal. Assim, a missão para o Alto Rio Pardo, a partir do consenso do grupo, passa a ser:

*Promover o Desenvolvimento Regional Sustentável do Alto Rio Pardo, por meio da **Integração dos Municípios e do Fomento ao Empreendedorismo**, com foco nas Cadeias Produtivas.*

5.3 Valores

Os valores e/ou princípios são crenças básicas que balizam as ações da organização e dos quais ela não está disposta a abrir mão, aconteça o que acontecer. É a resposta às perguntas: Em que cremos? Quais são as nossas “verdades”? Assim sendo, valores são virtudes desejáveis ou características básicas positivas que a organização quer adquirir, preservar e incentivar, representando tudo àquilo que ela não está disposta a negociar, aconteça o que acontecer. Portanto, são respostas prévias a possíveis conflitos e situações que venham a “chamar” a ética da organização e dos seus integrantes. Mais do que isso, são o alicerce emocional, o sistema de crenças sobre o qual sustentam a sua visão de mundo. São valores fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Alto Rio Pardo:

- *União, cooperação e comprometimento para fazermos o que precisa ser feito;*
- *Inovação, eficiência e gestão empreendedora como nosso jeito de fazer;*
- *Participação e valorização das pessoas e das suas formas de organização para fazermos sempre melhor;*
- *Respeito às nossas tradições culturais e recursos naturais em tudo o que fizermos.*

5.4 Visão de Futuro

A Visão de Futuro é um sonho, uma realidade que ainda não existe, mas que deve espelhar, orientar e estimular as mais legítimas aspirações e ações do território. É um modelo mental claro de um estado ou situação altamente desejável, de uma realidade futura considerada possível, porém desafiadora, descrito de forma simples e objetiva, de forma a ser compartilhada por todos os atores sociais do Alto Rio Pardo. Um estímulo a uma visão positiva e ao sentimento de pertença, capaz de gerar senso de urgência e de convergência.

Ser referência em Desenvolvimento Regional Sustentável, por meio de uma gestão territorial integrada e inovadora

5.5 Diretrizes Estratégicas

As diretrizes estratégicas, no contexto deste plano, são aquelas decisões prévias que a territorialidade resolve tomar considerando a visão, a missão e os valores para delinear o seu jeito de fazer e sobre quais vertentes deve direcionar sua ação de forma a alcançar o que se espera dela e o que a mesma se propôs. São diretrizes que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Alto Rio Pardo prioriza:

- **Gestão Territorial Integrada e Participativa:** essa diretriz significa o reconhecimento de que as principais demandas e/ou problemas locais se reproduzem também no plano regional e que o equacionamento dessas deve passar pela cooperação regional. Para tanto integrar mecanismos legais, institucionais, políticos e orçamentários, por exemplo, deve ser uma alternativa prioritária dos municípios. Significa reconhecer que o desenvolvimento territorial se dá em bloco e que isso exige estratégias e ações convergentes e complementares. Significa valorizar e fomentar a participação comunitária na elaboração e implementação de políticas públicas *Down-Top*⁴.
- **Articulação Política e Captação de Recursos:** essa diretriz aponta para uma agenda de articulação política e institucional com objetivo de formar uma rede intraregional e de parcerias estratégicas com organizações e atores externos ao território capazes de canalizar recursos de toda ordem para o equacionamento dos problemas e atendimento das demandas regionais. Significa atuar em bloco, com visão regional, na priorização, na apresentação e na negociação de demandas com impacto no plano regional. Significa

⁴ Os estudos recentes relativos às Políticas Públicas apontam que as políticas “Down-Top”, desenvolvidas pelos ou próximas aos cidadãos, como mais eficientes e eficazes do que as “Top-Down”, desenvolvidas de cima para baixo, ou seja, da administração pública para a sociedade, sem escuta direta da mesma (Adaptado de Claudio Veras).

trabalhar em conjunto para consolidar uma representatividade externa que fortaleça o território e que seja capaz de cunhar uma nova imagem sobre o mesmo. Significa estabelecer cooperação interna ao invés de competição entre os municípios.

- **Geração de Tecnologias Sociais e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais:** em todas as ações, políticas e investimentos o território deverá priorizar o uso e a geração de tecnologias sociais para o manejo sustentável dos recursos naturais, sobretudo os recursos hídricos. Nesse sentido, toda a inteligência coletiva e os recursos institucionais de que o território dispõe devem voltar-se para a consolidação de uma região produtora de conhecimento e de tecnologias sustentáveis para o semiárido. O aproveitamento das riquezas naturais para a geração de energia limpa, o uso do solo e da água com base nas mais modernas técnicas de manejo agroecológico e de economia dos recursos naturais devem ser um caminho e o destino do desenvolvimento rural sustentável.
- **Fomento à Cultura Empreendedora:** significa adotar como valor e prática a incorporação da cultura empreendedora no modo de fazer do território. Significa reconhecer a força e a importância do empreendedorismo como fator de desenvolvimento e diversificação econômica. A cultura empreendedora resulta de uma postura autônoma, baseada na autoconfiança e na visão de futuro positiva. Isso gera, por um lado, encorajamento para a ação e, por outro, auto responsabilização pelos resultados. Gera uma energia coletiva positiva e propositiva, capaz de colocar o cidadão como ator principal do seu futuro e a cidade como ambiente fértil para a realização de sonhos e projetos de vida. A formação de uma cultura empreendedora tanto nos ambientes formais de educação quanto nos espaços informais favorece a consolidação de cidades empreendedoras, voltadas para o futuro e para a inovação frente as transformações de mercado. Um território empreendedor é aquele que investe em inteligência e conhecimento, planeja o seu desenvolvimento, transforma os seus recursos em ativos e favorece o processo empreendedor com legislação e estímulos para o setor produtivo, criando ecossistemas favoráveis à competitividade das MPE's.
- **Consolidação de Cadeias Produtivas Regionais:** todo e qualquer produto industrializado depende da participação de uma série de elementos, como matéria-prima, insumos, equipamentos, design, embalagens, entre outros. A sinergia e a interação dos fornecedores desses elementos formam cadeias produtivas cujos elos influenciam diretamente na competitividade do produto final.

Essa diretriz reforça o potencial de alavancagem da economia regional a partir da formação e/ou consolidação de cadeias produtivas que sejam capazes de agregar valor aos produtos regionais. Quanto mais cadeias produtivas com amplitude regional e quanto mais diversificadas e integradas elas forem mais se marca vocações econômicas e especialização produtiva para o território, como fonte de diferenciação e competitividade territorial. Assim, investir em incremento da qualidade nos sistemas de produção e na distribuição das empresas, no incremento da capacidade de inovação do sistema empresarial, em seus vários níveis, são algumas medidas de agregação de valor aos produtos do território. Consolidar cadeias produtivas regionais significa investir no fortalecimento de produtos com marca própria e identificação geográfica

5.6 Eixos de Desenvolvimento e Agenda de Prioridades

Os eixos de desenvolvimento, ou pilares estratégicos, são áreas temáticas priorizadas no planejamento como os principais objetivos de intervenção do plano. São áreas fim, sobre as quais se sustentarão os principais projetos e ações que, ao serem implementadas em conjunto, abarcam a resolução do maior número de problemas e a potencialização das mais eminentes oportunidades para o desenvolvimento do território identificadas no diagnóstico. A definição de eixos permite estabelecer foco de ação em áreas que reúnem a maior quantidade de forças que influem de forma a restringir ou a potencializar o desenvolvimento regional. Com isso tem-se um direcionamento estratégico para todo o território, quando consideramos que estratégia, por definição, é a escolha seletiva de caminhos e alternativas dentre as mais diversas possibilidades e, que, a definição destes sete eixos, nos entrega o foco estratégico que o desenvolvimento regional nos solicita.

É resultado de um árduo e doloroso trabalho de seleção, no qual se reconhece a limitação natural que nos impede de debruçar sobre todos os temas, possibilidades e problemas que a região oferece. É, portanto, a definição daquilo que deve ser priorizado a partir da avaliação da potencialidade de impacto positivo no desenvolvimento regional e no cumprimento da missão e visão que o território estabelece com este plano. Trata-se de um instrumento que nos força, ou pelos menos nos estimula, a pensar naquilo que é significativo e determinante para a construção de uma nova realidade territorial. Torna-se, assim, um conjunto que reúne linhas de ações que deverá direcionar a atuação da territorialidade durante a vigência desse planejamento à luz dos objetivos estratégicos, merecendo maior atenção por parte das lideranças e empreendedores regionais. Nesse sentido, o foco da ação das diversas entidades e atores territoriais deverá orientar-se e dirigir-se para esses eixos, pois o desenvolvimento regional que se pretende como resultado deste planejamento estratégico alicerça-se sobre esses. Em outras palavras, pode-se denominar os eixos de desenvolvimento ou pilares estratégicos como temas estruturantes da gestão estratégica deste plano e, conseqüentemente, do território. Dessa forma, se apresenta, portanto, como

direcionamento para os municípios no cumprimento das diretrizes aqui delineadas, especialmente no tocante à Gestão Territorial Integrada. Assim sendo, o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável – Alto Rio Pardo 2030**, os conclama que direcionem seus investimentos e políticas locais sobre esses 7 (sete) eixos e, dessa forma, o cumprimento deste plano se dará. Conseqüentemente, os propósitos e resultados que este propaga também surgirão de maneira mais rápida e duradoura, se assim atuarmos, pois, o desenvolvimento territorial se faz em bloco, com ações locais coordenadas e requer escala regional. Posto isso, cabe reforçar que o alinhamento de ações e a convergência de políticas públicas locais, balizada por uma visão de futuro comum, regionalmente compartilhada, é o principal insumo deste plano e, ao mesmo tempo, o seu maior desafio.

A seguir a apresentação de cada um dos setes eixos de desenvolvimento e as suas respectivas agendas de prioridades.

5.6.1 Recursos Hídricos

O Brasil é privilegiado em termos de recursos hídricos, pois, cerca de 8% da água doce existente no planeta se encontra aqui. Porém, a distribuição é desigual, enquanto 80% estão nas regiões Norte e Centro-Oeste (regiões menos habitadas), a região Nordeste sofre com a escassez hídrica.

O TARP, Norte do estado, em pleno Semiárido Mineiro, é castigado pelas adversidades climáticas e convive com baixa disponibilidade hídrico devido, principalmente, à má distribuição das chuvas na região. Além disso, historicamente, o uso predatório e indiscriminado dos recursos naturais, como alternativa de renda, foi determinante para a aceleração da erosão e assoreamento dos corpos d'água. Queimadas, desmatamentos, nascentes desprotegidas e destruição das matas ciliares causaram, pois, impactos negativos no cotidiano de toda a comunidade regional.

Esses impactos negativos, ocasionados pela estiagem prolongada e pelas ações antrópicas degradantes sobre o meio ambiente, incomodam e atingem a população, pois exige mudança de hábito em relação ao racionamento, armazenamento e reutilização da água. É preciso, pois, despertar a população para a necessidade de preservação dos recursos hídricos existentes e da recuperação dos que foram degradados, evidenciando que ainda há tempo de reparar os danos causados pela ação humana.

Para tanto, é preciso esclarecer que há um ciclo hidrológico, dizendo que a água não deve ser tratada como algo descartável, nem como algo que é facilmente reciclável. Esse entendimento de conservação da água requer, do ser humano, usuário desse precioso bem, uma prática capaz de preservar não só a integridade, mas também a qualidade dos corpos d'água. Destaca-se, então, que, compreender a proibição ou restrição de prática de atividades que resultem em erosão e assoreamento, é uma forma de assegurar qualidade de vida ao ser humano.

Logo, a conservação das matas ciliares que protegem os recursos hídricos das ações erosivas e do problema do assoreamento e a reposição das matas ciliares com vistas a proteger os corpos d'água, é necessária não só por ser influenciada por legislação ambiental, mas também pela necessidade de sobrevivência das espécies natural e humana.

Para que a proteção do meio ambiente se torne uma realidade, é necessário que as sociedades percebam que os fatores de legislação ambiental e de educação no trato com os recursos naturais, desempenham o papel de influenciar os valores e comportamentos ambientais em nível pessoal. Por isso, o eixo Recursos Hídricos propõe ações que causam impactos diretos na melhoria da qualidade de vida da população do Alto Rio Pardo.

A questão ambiental, premente no Território, especialmente na questão da infraestrutura para a água e da recuperação de áreas degradadas, determinou que o eixo Recursos Hídricos propusesse ações capazes de promover a gestão e a educação ambiental por meio de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais, de recuperação e preservação das águas.

As ações propostas exigem compromisso com uma prática sustentável de uso dos recursos naturais, conforme preconiza nossos valores e diretrizes estratégicas, no sentido de proteger o ambiente em níveis individuais e organizacionais para o benefício tanto do meio ambiente como dos seres humanos. As ações evidenciam que a conservação do meio ambiente, em especial a água, inerente à sobrevivência humana e à viabilização de qualquer atividade produtiva, precisa de intervenções que evitem desperdício, lancem mão do reuso da água, armazenem água de chuva e estimulem a produção de água.

Objetivo Geral do Eixo: promover a gestão e a educação ambiental para o uso sustentável das águas.

Desafios: conscientizar toda a comunidade do Alto Rio Pardo para o uso sustentável das águas.

Estratégias:

- Sensibilização e capacitação dos entes envolvidos (Empresas, Produtores Rurais e Famílias);
- Levantamento de dados e monitoramento da gestão dos recursos hídricos.

Projetos Prioritários:

PROJETO 1: CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS BARRAMENTOS

PROJETO 2: RECUPERAÇÃO DE PROTEÇÃO DAS NASCENTES

PROJETO 3: PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS MATAS CILIARES

PROJETO 4: CRIAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS MUNICIPAIS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROJETO 5: ARTICULAÇÃO POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS DE BERIZAL, SÃO GONÇALO/SERRA NOVA, SAMAMBAIA II, ITABERABA, RIACHO PRETO

PROJETO 6: CONTROLE DE EROÇÃO E DE ASSOREAMENTO

PROJETO 7: COLETA DE ÁGUA DE CHUVA DE TELHADOS PARA FINS NÃO POTÁVEIS

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS BARRAMENTOS	
OBJETIVO: Armazenar água para a melhoria das condições de sobrevivência da agricultura familiar e abastecimento do lençol freático.	ESTRATÉGIAS: Despertar os Conselhos e Associações Comunitárias, a Comunidade rural e os poderes públicos do Alto Rio Pardo para parcerias na elaboração e execução de projeto em sua região.
META: 100% dos municípios TARP envolvidos e executando o projeto até 2023	INDICADORES: Número de construções de pequenos e médios barramentos nos 17 municípios do Alto Rio Pardo.
ATORES ENVOLVIDOS: EQUIPE LIDER, EMATER, SINDICATOS, UNIVERSIDADES, SECRETARIAS DE AGRICULTURA, PODER LEGISLATIVO, SEMAD, IGAN, IEF, FEAM e CBH /MOSQUITO	
LINHAS DE AÇÃO	
Sensibilizar, mobilizar e estabelecer parcerias com os atores regionais para as diretrizes e elaboração dos projetos executivos	
Mapeamento dos possíveis locais para barramentos e elaboração dos procedimentos necessários para a sua realização	
Identificação e definição de recursos necessários e das fontes financiadoras	
Apresentação dos projetos executivos para comunidades rurais, poderes legislativo e executivo	
Capacitação dos agentes locais (coordenadores) em cada um dos 17 municípios do Alto Rio Pardo	
Início do plano de execução da construção dos barramentos nos locais mapeados	
Acompanhamento e monitoramento dos barramentos	

PROJETO: RECUPERAÇÃO DE PROTEÇÃO DAS NASCENTES	
OBJETIVO: Promover e incentivar atividades práticas de recuperação e preservação de nascentes.	ESTRATÉGIAS: Criar parceria com ONG's, conselhos rurais, instituições de ensino, poder público e privado e ministério público.
META: Ter 500 nascentes da bacia do TARP cercadas e replantadas até dezembro de 2023.	INDICADORES: Número de nascentes protegidas nos municípios do TARP
ATORES ENVOLVIDOS: EQUIPE LIDER, EMATER, SINDICATOS, UNIVERSIDADES, SECRETARIAS DE AGRICULTURA, PODER LEGISLATIVO, SEMAD, IGAN, IEF, FEAM, CBH /MOSQUITO e Ministério Público	
LINHAS DE AÇÃO	
Realizar sensibilização comunitária para divulgar o projeto e estimular a recuperação das nascentes por meio de palestras e seminários temáticos com elaboração de planos de ação locais	
Realizar levantamento georeferenciado do número de nascentes (existentes e em potencial de recuperação) e elaborar mapeamento de cada um dos 17 municípios do TARP	
Criação e divulgação do programa adote uma nascente	
Desassoreamento das nascentes identificadas	
Cercamento das nascentes identificadas	
Estímulo a adoção e promoção da arborização das nascentes	
Capacitação de agentes produtores de água	
Monitoramento e acompanhamento do volume de água vazada das nascentes protegidas	

PROJETO: PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS MATAS CILIARES	
OBJETIVO: Promover e incentivar práticas de preservação e revitalização das matas ciliares.	ESTRATÉGIAS: Criar parceria com ONG's, conselhos rurais, instituições de ensino, poder público e privado e ministério público.
META: Ter 100% dos municípios do TARP com pelo menos 30% das matas ciliares revitalizadas até 2023.	INDICADORES: Número de metros quadrados de matas ciliares revitalizadas nos municípios do TARP.
ATORES ENVOLVIDOS: EQUIPE LIDER, EMATER, SINDICATOS, UNIVERSIDADES, SECRETARIAS DE AGRICULTURA, PODER LEGISLATIVO, SEMAD, IGAN, IEF, FEAM e CBH /MOSQUITO	
LINHAS DE AÇÃO	
Diagnóstico, seleção e mapeamento das áreas passíveis de recuperação das matas ciliares	
Sensibilização e conscientização comunitária sobre formas de uso e tecnologias sustentáveis para atividades econômicas rurais, por meio de palestras e seminários temáticos	
Identificação e definição de recursos necessários e fontes de financiamentos para projetos de adoção de tecnologias e equipamentos sustentáveis	
Estimular a criação e/ou revitalização de viveiros de mudas municipais e particulares para a produção e distribuição de mudas de espécies nativas	
Capacitação de tratoristas e produtores rurais sobre a necessidade de terraceamento e do tombamento respeitando as curvas de nível	
Arborização das áreas degradadas às margens dos leitos dos rios, riachos, córregos, lagoas e barragens	
Monitoramento e acompanhamento das áreas replantadas	

PROJETO: CRIAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS MUNICIPAIS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
OBJETIVO: Fomentar a institucionalização de Políticas Municipais de Meio Ambiente e Sustentabilidade, contemplando a educação ambiental no ensino formal	ESTRATÉGIAS: Sensibilizar e articular os poderes legislativos dos municípios sobre a importância estratégica do tema para os municípios e o seu cumprimento das legislações e políticas estadual e federal
META: Ter 100% dos municípios do TARP com legislações municipais sancionadas até 2023	INDICADORES: Número de municípios com leis aprovadas e sancionadas
ATORES ENVOLVIDOS: EQUIPE LIDER, EMATER, SINDICATOS, UNIVERSIDADES, SECRETARIAS DE AGRICULTURA, PODER LEGISLATIVO, SEMAD, IGAN, IEF, FEAM e CBH /MOSQUITO	
LINHAS DE AÇÃO	
PROPOR VISITA A MUNICÍPIOS QUE JÁ TENHAM LEIS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL FUNCIONANDO, PARA COLETA DE SUBSÍDIOS E EXPERIÊNCIAS QUE AUXILIEM NA CRIAÇÃO DO PROJETO NO TARP.	
ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA PADRONIZAÇÃO DAS LEIS AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS DO ALTO RIO PARDO COM O ESTADO E UNIÃO.	
ARTICULAÇÃO PARA CRIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS LEIS DO ECO CRÉDITO.	
ARTICULAÇÃO PARA LEI DE OBRIGATORIEDADE DE CONSTRUÇÃO DE BACIAS DE CONTENÇÃO, AS MARGENS DAS ESTRADAS VICINAIS.	
ESTÍMULO A CRIAÇÃO DO FUNDO DE SUSTENTABILIDADES AMBIENTAIS.	
INSTIGAR A REFLEXÃO DA NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE LEIS DE OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DE UM PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO, PELAS OPERADORAS, EM RESERVATÓRIOS PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA.	
DIVULGAR AS LEIS APROVADAS JUNTO AS INSTITUIÇÕES ENSINO, ONG'S, CONSELHOS RURAIS, PODER PÚBLICO, SOCIEDADE CIVIL PARA DISSEMINAR A CONSCIÊNCIA CRÍTICA PARA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.	

PROJETO: ARTICULAÇÃO POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS DE BERIZAL, SÃO GONÇALO/SERRA NOVA, SAMAMBAIA II, ITABERABA, RIACHO PRETO	
OBJETIVO: Mobilizar a opinião pública para a necessidade urgente de construção de barragens para a segurança hídrica no TARP	ESTRATÉGIAS: Envolver sociedade civil organizada, poder público, privado e mídia por meio de agenda permanente de reivindicações e da formação de um pacto regional
META: Alcançar a adesão institucionalizada de todos os municípios do TARP até 2023	INDICADORES: Número de adesões municipais ao pacto
ATORES ENVOLVIDOS: EQUIPE LIDER, EMATER, SINDICATOS, UNIVERSIDADES, SECRETARIAS DE AGRICULTURA, PODER LEGISLATIVO, SEMAD, IGAN, IEF, FEAM, CBH /MOSQUITO Ministério Público e Mídia Especializada	
LINHAS DE AÇÃO	
MOBILIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E PODER PÚBLICO PARA A ELABORACAO DE UM PACTO REGIONAL COM PLANO DE AÇÃO EM PROL DA UNIAO ARTICULADA DAS LIDERANCAS DO ALTO RIO PARDO.	
MOBILIZAÇÃO JUNTO AO DNCS E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO PARA ELABAORAÇÃO DOS PROJETOS INICIAIS DAS BARRAGENS DE SÃO GONÇALO/SERRA NOVA, SAMAMBAIA II, ITABERABA, RIACHO PRETO.	
PROPOR A REALIZACAO DE AUDIENCIA PUBLICA COM REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, DO DNOCS, ORGAOS DE CONTROLE AMBIENTAL, RIBEIRINHOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS, MINISTERIO PÚBLICO, SOCIEDADE CIVIL E LIDERANCAS POLÍTICAS.	
MONITORAMENTO E DIVULGACAO DAS CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA BARRAGEM DE BERIZAL	
CRIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE GRUPOS REGIONAIS PARA REIVINDICAR AS EXECUÇÕES DAS OBRAS.	
ARTICULACAO DAS LIDERANCAS POLITICAS PARA A UNIÃO DE ESFORCOS EM PROL DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS	
MONITORAMANTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS	

PROJETO: CONTROLE DE EROSÃO E DE ASSOREAMENTO	
OBJETIVOS: Conter a evolução de processos erosivos no TARP.	ESTRATÉGIAS: Propor e envolver a aplicação de ações de conservação do solo e controle de erosão e assoreamento para os municípios inseridos no Alto Rio Pardo.
META: 100% dos municípios TARP envolvidos e executando o projeto até 2023	INDICADORES: Número de construções de pequenos e médios barramentos nos 17 municípios do Alto Rio Pardo.
ATORES ENVOLVIDOS: EQUIPE LIDER, EMATER, SINDICATOS, UNIVERSIDADES, SECRETARIAS DE AGRICULTURA, PODER LEGISLATIVO, SEMAD, IGAN, IEF, FEAM e CBH /MOSQUITO	
LINHAS DE AÇÃO	
Identificação e mapeamento de pontos de erosão concentrada e área de erosão laminar difusa.	
Construção de bacias de contenção, nos pontos de escoamento de água.	
Adequação de estradas rurais com implantação de lombadas e construção de estruturas de drenagem e contenção de águas pluviais.	
Mapeamento de voçorocas e realização de ações de controle pelas comunidades nos municípios do TARP.	
Recuperação de áreas agrícolas degradadas com terraceamento.	
Realização de oficinas de capacitação dirigidas a pequenos produtores rurais, técnicos agrícolas e extensionistas contemplando atividades de educação ambiental com foco dos processos erosivos.	
Monitoramento das áreas recuperadas	

PROJETO: COLETA DE ÁGUA DE CHUVA DE TELHADOS PARA FINS NÃO POTÁVEIS	
OBJETIVOS: Amenizar a crise hídrica com aproveitamento da água da chuva e fomentar a cultura da sustentabilidade	ESTRATÉGIAS: Sensibilizar a população sobre a importância e as vantagens do aproveitamento da água da chuva.
META: 100% dos municípios TARP envolvidos e executando o projeto até 2023	INDICADORES: Número de municípios engajados.
ATORES ENVOLVIDOS: EQUIPE LIDER, EMATER, SINDICATOS, UNIVERSIDADES, SECRETARIAS DE AGRICULTURA E DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS, PODER LEGISLATIVO, SEMAD, IGAN, IEF, FEAM e CBH /MOSQUITO	
LINHAS DE AÇÃO	
Estímulo ao programa de coleta de água de chuva e telhados para fins não potáveis por meio de palestras / seminários temáticos, em parcerias com secretarias de educação e agricultura e poder público, com elaboração de um plano de ação local.	
Incentivar a população a fazer o aproveitamento correto da água de chuva.	
Fazer com que toda casa urbana tenha pelo menos um sistema simples de Aproveitamento da Água de Chuva;	
Minimizar o escoamento do alto volume de água nas redes pluviais durante as chuvas fortes.	
Usar a água para irrigações nos jardins e lavagens de pisos externos. Assim, essa água vai infiltrar na terra e ir para o lençol freático, preservando o seu ciclo natural.	
Usar a água para lavagens de pisos, carros, máquinas e nas descargas no vaso sanitário.	
Fomentar incentivos fiscais municipais para residências adequadas ao programa.	

5.6.2 Educação

A complexidade do mundo contemporâneo e os efeitos da globalização exigem que a prática educativa estimule novas habilidades e competências, de forma a promover o desenvolvimento do potencial empreendedor e o preparo do sujeito educando para a vida. E Empreendedorismo não pode ser tratado apenas como um conteúdo formal do currículo escolar, em que se lê e discute o assunto para ter fim em si mesmo.

Dolabela, em seu livro *Oficina do Empreendedor*, diz que *“empreendedorismo é um estado de espírito, um modo de ser e agir, uma forma de encarar o mundo. Ser empreendedor é ser ousado, confiante, é usufruir da qualidade de aprender a romper limites, não se intimidando com os limites aparentemente impostos pela vida”*. Logo, é preciso pensar que ser empreendedor é ser responsável pelos próprios atos e suas consequências. Neste eixo, os planos são comprometidos com a educação como estratégia para o desenvolvimento do capital humano e a formação de uma cultura empreendedora, emancipatória e voltada para a realidade regional. Reconhece para tanto, que o mundo moderno exige dos atores sociais atitudes e posturas como autonomia, iniciativa, diálogo e articulação para implantar projetos de interesse coletivo e regional (capital social).

Por exigir postura empreendedora, o eixo Educação tem como objetivo principal a implantação e disseminação de uma educação inovadora, com valorização profissional e foco na formação básica e técnico-superior, gerando resultados impactantes na economia e na qualidade de vida, ao combater frontalmente os baixos índices que atualmente a educação no TARP apresenta. Para isso, tem ousados e grandes desafios: promover a cultura empreendedora nas instituições de ensino, estimular uma política de valorização profissional, fortalecer a Educação Básica, atrair novas instituições de Ensino Superior para a região, estimular o fortalecimento das tradições culturais e a promoção da educação cidadã que desperte atitude consciente em relação ao meio onde se vive e engajamento social.

A proposta vem de encontro à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Dentre as diretrizes apontadas pelo PNE em seu art. 2º, destaquemos três: “Melhoria da Qualidade da Educação”, “Promoção do princípio da gestão democrática da Educação Pública” e “Valorização dos (as) Profissionais da Educação”.

Logo, a proposta do eixo Educação, com foco na articulação da Sociedade Civil Organizada e Órgãos Públicos, por meio do Fórum Permanente de Educação é uma forma de o TARP manter diálogo para troca de experiências, planejamento e busca contínua de resultados impactantes à vida das pessoas e, conseqüentemente, à economia regional.

Objetivo Geral do Eixo: Implantar e disseminar em todo o Alto Rio Pardo uma educação inovadora, com valorização profissional e foco na formação básica e técnico-superior, gerando resultados impactantes na economia e na qualidade de vida.

Desafios: Promover a Cultura Empreendedora nas instituições de ensino como uma abordagem de educação para a vida, associada a uma formação cidadã que desperte postura consciente sobre o meio ambiente, a valorização da cultura regional e o sentimento de pertença.

Estratégias: Mobilização, articulação e participação de toda a comunidade escolar na reflexão e proposição de uma política regional de educação inovadora, por meio de conferência e Fórum Permanente de Educação.

Projetos Prioritários:

PROJETO 1: FÓRUM REGIONAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO – FRPE

PROJETO 2: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DO ALTO RIO PARDO

PROJETO 3: IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CAMPI DE IES PÚBLICAS NA REGIÃO

PROJETO 4: FOMENTAR A INSTALAÇÃO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO – HU NO TARP

PROJETO 5: PLANO DE CARREIRA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

PROJETO 6: CRIAÇÃO DAS FACULDADES INTEGRADAS DO TARP – FITARP

PROJETO 7: CULTURA EMPREENDEDORA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO ALTO RIO PARDO

PROJETO: FÓRUM REGIONAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO - FRPE	
OBJETIVOS: Estabelecer uma mobilização permanente em torno da construção de uma política regional de educação de qualidade	ESTRATÉGIAS: Criar pareceria com Executivo de cada município e entidades representativas da Educação no TARP, para implantar o FRPE.
META: Mobilizar todas as secretarias municipais de educação e principais instituições de ensino do TARP para o FRPE	INDICADORES: Número de entidades e municípios engajadas no fórum
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sec. de Educação; Conselhos Municipais de Educação; Corpo Docente; Corpo Discente; Grêmios Estudantis; Colegiados Acadêmicos; Sociedade Civil; Prefeitos; Entidades Educacionais; Comunidades Locais; Integrantes do Fórum.	
LINHAS DE AÇÃO	
Mobilização de agentes educacionais municipais para a criação do Fórum Regional Permanente de Educação, com identificação dos atores potenciais indicados pelas Instituições Educacionais presentes em cada município e Conselhos Municipais de Educação.	
Realização de reunião para apresentar a proposta de implantação do Fórum e sua minuta de regimento.	
Realização de assembleia para fundação do FRPE, eleição da diretoria, aprovação do regimento e definição de calendário de reuniões e agenda de trabalho.	
Realização de diagnóstico educacional regional, por meio de parcerias com Instituições de Ensino para coleta de dados.	
Elaboração, de forma participativa e democrática, do Plano Pedagógico Regional com base nos dados do diagnóstico educacional e no Plano Decenal Municipal de Educação.	
Apresentação da minuta do Plano e validação	
Realização de evento para assinatura do Pacto Educacional e inserção das suas diretrizes nas políticas municipais de educação	

PROJETO: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DO ALTO RIO PARDO	
OBJETIVOS: Articular apoio político institucional para a implantação da SRE-TARP, com pauta em defesa do fortalecimento da educação regional; da valorização dos profissionais da educação e do atendimento às necessidades direcionadas pelos Planos Municipais de Educação.	ESTRATÉGIAS: Criar parceria com Executivo municipal e Entidades Representativas da Educação, de cada município do Território do Alto Rio Pardo, para reivindicar a implantação da SRE-TARP.
META: Engajamento de 100% dos municípios do TARP na articulação regional	INDICADORES: SRE implantada no TARP
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sec. de Educação; Conselhos Educacionais; Comunidade Escolar; Sociedade Civil; Prefeitos; Assembleia Legislativa Estadual e Integrantes do Fórum.	
LINHAS DE AÇÃO	
Mobilização dos atores educacionais e gestores públicos para discussão e planejamento da pauta de reivindicações para a implantação da SER – TARP	
Reunião com representantes dos municípios do TARP para elaborar documento de reivindicação a ser enviado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG.	
Coleta de assinaturas de representantes da Sociedade Civil Organizada e Comunidade Escolar, dos municípios do TARP, no documento de reivindicação	
Formação de Comissão Mista Regional, responsável pela articulação com a Assembleia e entrega do documento à ALMG; Integrantes da Comissão Mista: Prefeitos, Presidentes de Câmara, Sec. de Educação e Professores	
Divulgação da formalização de entrega do documento à ALMG	
Reunião com os Representantes Municipais para elaboração de agenda de encontros Regionais para reivindicação e monitoramento dos avanços e conquistas	
Mobilização dos atores educacionais e gestores públicos para discussão e planejamento da pauta de reivindicações para a implantação da SRE – TARP	

PROJETO: IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CAMPI DE IES PÚBLICAS NA REGIÃO	
OBJETIVOS: Captar para a região novos campi de Universidades Públicas, para garantir aos jovens da região acesso ao Ensino Superior.	ESTRATÉGIAS: Criar parceria com Executivo municipal e Entidades Representativas da Educação para implantar novos cursos na região.
META: 1 novo campi instalado e funcionando na região até 2023	INDICADORES: Campi captado
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sec. de Educação; Conselhos Educacionais; Comunidade Escolar; Sociedade Civil; Prefeitos; Entidades Educacionais; Integrantes do Fórum; Deputados Federais e Estaduais; ACE's; SRE.	
LINHAS DE AÇÃO	
Mapear a oferta e demanda educacional da região, com base em diagnóstico técnico-profissional	
Reunir as lideranças regionais através do Fórum Permanente Regional de Educação, para apresentar o mapeamento feito	
Reunir o Fórum Permanente para escolha das cidades sedes dos Campi e apresentação dos cursos pactuados	
Convergir esforços político-empresarial para concretizar parcerias com as Instituições de Ensino Superior	
Promover evento de inauguração das instalações da Universidade	
Realizar ampla divulgação e marketing dos cursos pactuados, incentivando os estudantes a ingressarem no ensino superior	
Articular junto às empresas regionais a oferta de vagas de emprego para a mão de obra qualificada, egressa das instituições de ensino regional	

PROJETO: FOMENTAR A INSTALAÇÃO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO – HU NO TARP	
OBJETIVOS: Ampliar a oferta de educação superior de qualidade associada às demandas regionais de forma a contribuir com a melhoria dos indicadores sociais do território	ESTRATÉGIAS: Articulação político-institucional e mobilização social por meio do FRPE
META: captar a instalação de um HU	INDICADORES: hospital instalado e operando
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Prefeitos; Vereadores; Sec. de Saúde; Sociedade Civil; Instituições prestadoras de serviços de saúde; Integrantes do Fórum; Deputados Estaduais e Federais; UNIMONTES; CISARP	
LINHAS DE AÇÃO	
Reunir Fórum Permanente e Autoridades Municipais para apresentação dos benefícios da implantação de um Hospital Universitário na Região	
Levantamento e estudo de viabilidade técnica e econômica para a instalação de um HU na região	
Identificação de IES apta e interessada	
Formação de Comissão Mista Regional para articulação político-empresarial para implantação do Hospital Universitário	
Estudo para escolha da cidade sede onde será implantada o HU	
Assinatura de convênio para implantação do Hospital Universitário	

PROJETO: PLANO DE CARREIRA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
OBJETIVOS: Elaborar e Implantar o Plano de carreira Regional dos servidores da Educação, como forma de incentivar os professores em seu trabalho, com propostas atraentes e que lhes deem condições de planejarem seu futuro.	ESTRATÉGIAS: Discutir e elaborar o Plano de Carreira Regional, dos servidores da Educação, por meio da agenda de atividades do Fórum Permanente de Educação.
META: Ter 50% dos municípios do TARP inserido nesse plano no início das atividades e 100% até dezembro de 2023.	INDICADORES: Quantidade de municípios inseridos na elaboração e implantação do Plano de Carreira Regional.
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sec. de Educação; Conselhos Educacionais; Professores; Prefeitos; Entidades Educacionais; Integrantes do Fórum; Vereadores; OAB - Subseções Regionais; Procuradorias Jurídicas.	
LINHAS DE AÇÃO	
Reunir o Fórum para Elaboração de Minuta do Plano Regional de Carreira	
Promover ações municipais para coletar sugestões para o Plano	
Reunir o Fórum para primeira aprovação e alteração do plano (se for o caso)	
Articular com prefeitos, assessorias jurídicas municipais e legislativo para implantação do Plano de Carreira	
Apresentação da Proposta do Plano de Carreira revisado	
Evento Educacional para aprovação e assinatura	
Implantação e Implementação do Plano de Carreira	

PROJETO: CRIAÇÃO DAS FACULDADES INTEGRADAS DO TARP - FITARP	
OBJETIVOS: Formar, no TARP, profissionais dotados de competência para acompanhar as inovações e atender à demanda do mercado.	ESTRATÉGIAS: Criar parceria com Executivo Municipal, Entidades representativas da educação de cada município do TARP, Faculdades Privadas e Empresários para análise e viabilização das Faculdades Integradas do Território Alto Rio Pardo – FITARP.
META: FITARP implantadas até 2023.	INDICADORES: FITARP em funcionamento
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sec. de Educação; Conselhos Educacionais; Professores; Prefeitos; Entidades Educacionais; Integrantes do Fórum; Vereadores; OAB - Subseções Regionais; Procuradorias Jurídicas.	
LINHAS DE AÇÃO	
Articular com empresários a criação de uma faculdade regional com recursos financeiros próprios	
Fazer um PDI para o MEC com a finalidade de aprovação da faculdade	
Estudo territorial para escolha da cidade onde será implantada a faculdade	
Criar parcerias com os municípios para manutenção das atividades	
Fazer convênios com as instituições de ensino	
Implantar as FITARP	

PROJETO: CULTURA EMPREENDEDORA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO ALTO RIO PARDO	
OBJETIVOS: Implantar a cultura empreendedora no ensino fundamental, médio e superior no TARP como mecanismo de qualificação da educação formal e de apoio ao desenvolvimento regional	ESTRATÉGIAS: Estabelecer parceria com o FRPE e Sebrae para a implantação do programa em escala regional
META: 100% dos municípios com educação empreendedora até 2023	INDICADORES: Número de Leis Municipais Aprovadas
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sec. de Educação; Conselhos Educacionais; Comunidade Escolar; Sociedade Civil; Prefeitos; Integrantes do Fórum, SEBRAE, Superintendência Regional de Ensino e SEBRAE-MG	
LINHAS DE AÇÃO	
Mobilização e sensibilização da SRE, Secretarias Municipais de Educação e IES para implantação do Programa Cultura Empreendedora nas escolas	
Capacitação dos educadores com acompanhamento para implantação do Programa Cultura Empreendedora	
Inserção de temas como Educação Financeira e Ambiental no ensino fundamental	
Inserção de temas correlatos à Educação Empreendedora na grade curricular regular das escolas públicas e privadas	
Aprovação das Leis Municipais de Educação Empreendedora	
Monitoramento e avaliação da implantação do Programa Cultura Empreendedora	

5.6.3 Gestão Pública

Nas últimas décadas, o Brasil passou por mudanças. O Sistema de Federalismo (Tributário), que visava proporcionar o equilíbrio fiscal aos municípios, com base no tripé formado pelas competências tributárias próprias, pela participação do imposto estadual e por transferências de receitas da união, tornou-se inadequado e injusto. Atualmente, a distribuição de recursos aos municípios desconsidera a diversidade de perfis entre eles, o que agrava as desigualdades inter-regionais observadas no estado.

A atual conjuntura política e econômica nacional demonstra que os municípios vivem um momento de dificuldades com a diminuição do repasse tributário, em função da queda de arrecadação de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Com o agravamento da situação econômica do país, é certo que a receita municipal sofrerá queda considerável, pois o cenário é de retração do PIB, altas taxas de juros, aumento do desemprego, diminuição da atividade industrial, queda do investimento e mudanças no perfil sócio econômico da população. Com isso, os municípios do Alto Rio Pardo, que dependem quase que exclusivamente de repasse Estadual e Federal, já que a receita própria é bastante limitada e insuficiente para cobrir as despesas, sentem, arduamente, o agravamento da crise local.

Paralelo aos fatos expostos há os anseios da população por melhoria e ampliação dos serviços públicos. A Administração Municipal, como mediadora desses anseios, que confrontam com sério desequilíbrio econômico, precisa se concentrar em coerente diálogo com a população, para esclarecer que garantir o pagamento em dia das contas públicas é ter capacidade de profissionalizar a gestão.

Para os gestores com menos receita lidarem com a expansão das despesas com pessoal – consequentes dos programas de progressão dos servidores, da valorização do salário mínimo e da correção do piso salarial acima da inflação – é imprescindível estabelecer procedimentos organizacionais de gestão que demonstrem transparência e eficiência na gestão pública.

Ressalta-se, pois, a política de valorização do salário mínimo nacional. Desde 2003, o governo realizou elevações no salário mínimo nacional acima das variações inflacionárias. Entre 1º de abril de 2003 e 1º de janeiro de 2015, a inflação acumulada medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) foi de 89,8%, ao passo que o salário mínimo aumentou em 228,3%. Em 2011, essa política foi formalizada nos termos da Lei nº 12.382, de 25/02/2011, por quatro anos, e estendida até 2019, através da Lei nº 13.152, de 29/07/2015. A lei de valorização do salário mínimo prevê seu reajuste com base na variação inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano.

Aos municípios, a tarefa de ajustar as contas públicas à realidade tributária, requer capacidade de percepção de harmonizar o conflito Despesa X Receita. Além do aumento de custo com pessoal, superior à inflação, os gastos com Saúde Pública crescem consideravelmente, aumentando sua participação no total das despesas municipais.

Diante do exposto, cabe ao gestor do século XXI, adotar medidas para incrementar receitas e diminuir despesas, tendo o planejamento estratégico como base administrativa e eficiência como meta diária.

Promover o Desenvolvimento deve, portanto, ser tomado aqui no sentido de desencadear um processo de união esforços locais em busca de uma gestão regional comprometida e compartilhada, participativa também no plano local e que prime pela profissionalização, pela eficiência e pela transparência na gestão pública, *“aumentando os graus de acesso das pessoas (...) ao poder ou à possibilidade de influir nas decisões públicas”*, como defende o escritor e consultor Augusto de Franco (2000). Afinal, a gestão pública interfere na vida de todos os cidadãos.

Objetivo Geral do Eixo: Aprimorar a eficiência da gestão pública municipal e a qualidade das políticas locais com ampliação da participação popular e adoção de mecanismos de planejamento estratégico.

Desafios:

- Estimular e aumentar a participação popular na definição das políticas públicas locais;
- Aprimorar as técnicas e os processos da administração pública a partir da adoção do planejamento estratégico municipal.

Estratégias:

- Articulação junto aos gestores municipais,
- Apoio técnico aos órgãos municipais e;
- Formação de parcerias com entidades capacitadoras.

Projetos Prioritários:

PROJETO 1: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO ÀS MPE'S

PROJETO 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

PROJETO 3: COMPRAS GOVERNAMENTAIS

PROJETO 4: CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALTO RIO PARDO

PROJETO 5: GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE

PROJETO 6: CRIAÇÃO DAS OUVIDORIAS MUNICIPAIS

PROJETO 7: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

PROJETO: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO ÀS MPE'S	
OBJETIVOS: Implementar a Lei Geral das MPE's nos municípios do Alto Rio Pardo	ESTRATÉGIAS: Mobilizar o poder público e classe empresarial dos municípios, com intuito de apresentar os benefícios da implementação da Lei Geral para fomento dos pequenos negócios.
META: Ter 100% dos municípios do TARP com a Lei Geral aprovada e implementada até Dezembro de 2023.	INDICADORES: Número de municípios com Lei aprovada e implementada
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Prefeitos, Vereadores, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Agentes de Desenvolvimento, SEBRAE, Associações Comerciais, CDL's	
LINHAS DE AÇÃO	
Mobilização junto ao poder público municipal e classe empresarial para regulamentação da lei.	
Acompanhar o processo de encaminhamento da minuta do Projeto de Lei para votação na Câmara Municipal	
Monitoramento da tramitação, aprovação e sanção da lei	
Monitoramento das atividades de execução da Lei em prol dos pequenos negócios, com treinamento e capacitação dos servidores públicos da área de compras	
Implementação de Diagnóstico Municipal para apuração de índices de Compras no Comércio Local, Processos de Desburocratização, Nomeação de Agentes de Desenvolvimento e formalização de Microempreendedor Individual	
Monitoramento de Evidências de Operacionalização e Esforço para fortalecer os pequenos negócios, com criação do Cadastro de Fornecedores com Identificação do porte da Empresa	
Monitoramento de Evidências de Resultado para alavancagem da economia local	

PROJETO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	
OBJETIVOS: Promover o desenvolvimento dos municípios do Alto Rio Pardo, com a identificação e fortalecimento das cadeias produtivas e formalização do Arranjo Produtivo Local.	ESTRATÉGIAS: Fazer diagnóstico Econômico em 100% dos municípios do Alto Rio Pardo, buscando criar estratégias para o desenvolvimento local, apresentar à sociedade e publicitar as ações para o fomento da economia local
META: Ter 100% dos municípios do TARP com as potencialidades vocacionais identificadas e mapeadas	INDICADORES: Número de Municípios com plano de Desenvolvimento Local
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Prefeitos, Vereadores, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Agentes de Desenvolvimento, SEBRAE, Associações Comerciais, CDL's, Classe empresarial, Sociedade civil, Sindicatos, FIEMG, EMATER, IFNMG, UNIMONTES, UFMG e ENDEAVOR	
LINHAS DE AÇÃO	
Mobilizar as lideranças públicas e da sociedade civil organizada dos municípios, sensibilizando-as para a necessidade do trabalho coletivo em prol do desenvolvimento local e da importância estratégica de nomeação de pelo menos um AD por município.	
Buscar parceria junto ao Sebrae-MG, para realizar capacitação das lideranças no curso "Liderança para o Desenvolvimento Local"	
Elaborar, para cada município, uma estratégia de desenvolvimento local, com envolvimento das principais lideranças, culminando em documento que identifique as potencialidades econômicas do município.	
Capacitar os Agentes de Desenvolvimento, por meio de parceria com o SEBRAE, para articular as parcerias necessárias à execução do Plano de Desenvolvimento local.	
Propor a criação de rede de Agentes de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo e a inclusão do grupo na Rede de AD's nortemineiros.	
Propor realização de encontros periódicos entre os Agentes de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo para discussão de ações/demandas, bem como troca de experiências.	
Propor a criação de comitê gestor do Desenvolvimento Econômico Local	

PROJETO: COMPRAS GOVERNAMENTAIS	
OBJETIVOS: Fomentar a participação das empresas locais nas licitações do seu município.	ESTRATÉGIAS: Sensibilizar os gestores públicos e os empresários da importância das compras governamentais no impacto rápido e direto na economia local.
META: Ter, em cada município, até Dezembro de 2023, o mínimo de 50% das compras governamentais realizadas no comércio local.	INDICADORES: Índice de compras públicas
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sebrae, Associação Comercial, CDL, Sindicatos Trabalhadores Rurais, ADR, Prefeituras e Câmaras municipais	
LINHAS DE AÇÃO	
Capacitação da equipe municipal para melhoria dos processos de compras governamentais	
Mobilizar, sensibilizar os empreendedores locais para participarem dos processos licitatórios	
Mapeamento dos fornecedores e compradores locais/regionais	
Capacitação dos empresários para participação nos processos licitatórios e em gestão de contratos.	
Revisão de processos e procedimentos administrativos visando padronização regional nas compras e licitações	

PROJETO: CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALTO RIO PARDO	
OBJETIVOS: Implementar as ações do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Alto Rio Pardo, por meio da criação da ADR (Agência de Desenvolvimento Regional) Alto Rio Pardo, instrumento de condução e monitoramento dos projetos.	ESTRATÉGIAS: Promover a participação ativa da Sociedade Civil organizada e do setor público no processo de reflexão e execução dos planos de ação propostos.
META: Criar, até Dezembro de 2016, a Agência de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo.	INDICADORES: Agência criada e em operação
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Prefeitos, Vereadores, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Agentes de Desenvolvimento e Empretec	
LINHAS DE AÇÃO	
Propor criação da Agência de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo e apresentar seus mecanismos de sustentação.	
Identificar capital humano para composição da ADR.	
Mobilização das lideranças para fundação da ADR	
Reunião para eleição Diretoria Executiva da ADR Alto Rio Pardo	
Apresentação do Estatuto Social para aprovação	
Apresentação do Regimento Interno da ADR Alto Rio Pardo	
Implementação da Estrutura para funcionamento da Agência de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo	

PROJETO: GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE	
OBJETIVOS: Capacitar a Gestão Pública para o exercício do mandato com foco em um planejamento estratégico para o período de 04 anos	ESTRATÉGIAS: Propor união dos gestores para facilitar as práticas de gestão eficiente bem como estimular a troca de experiências de gestão
META: Ter 100% dos municípios do Alto Rio Pardo com gestores públicos e Conselhos Municipais sensibilizados e capacitados até 2023	INDICADORES: Número de municípios participantes e número de gestores e conselheiros capacitados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO RIO PARDO, ACE, CDL, CONSELHOS MUNICIPAIS, EMATER, EQUIPE LÍDER, IBGE, INSTITUTO FEDERAL, ITER, PODER LEGISLATIVO, PREFEITOS MUNICIPAIS, SEBRAE, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, SEDESE, SEDRU, SINDICATOS, UFMG, UNIMONTES, FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO, FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, ASSOCIAÇÃO MINEIRA DOS MUNICIPIOS e AMANS	
LINHAS DE AÇÃO	
Realização de Missão Técnica dos Prefeitos do Alto Rio Pardo para capacitação de equipe de transição de Governo.	
Sensibilização dos gestores públicos sobre a necessidade de realizar administração pública profissional e efetiva.	
Identificação dos assuntos estratégicos necessários para capacitar e profissionalizar a gestão pública.	
Identificação e estabelecimento de parcerias com Instituições/Entidades para capacitação dos gestores nas áreas demandadas.	
Realização das capacitações.	
Criação de Fórum Permanente de discussão de políticas públicas com secretários, diretores, agentes de desenvolvimento de cada pasta, para desenvolver gestão compartilhada.	
Articulação de parceria com o Governo, através da SEDRU e Ministério das Cidades, para capacitar equipes de construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, do Plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor dos Municípios do TARP	

PROJETO: CRIAÇÃO DAS OUVIDORIAS MUNICIPAIS	
OBJETIVOS: Estimular as Prefeituras do Alto Rio Pardo a criarem as ouvidorias municipais, dando condições ao cidadão de elogiar, criticar e demandar os serviços públicos, consolidando o exercício da cidadania.	ESTRATÉGIAS: Sensibilizar os gestores municipais a criarem as Ouvidorias Municipais e estimular os cidadãos a participarem do processo.
META: Ter 50% dos municípios do Alto Rio Pardo com Ouvidoria Municipal implementada até Dezembro de 2020.	INDICADORES: Número de Prefeituras com Ouvidoria Municipal criada e funcionando
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Prefeitos, Vereadores, Secretarias Municipais, Agentes de Desenvolvimento e Empretec	
LINHAS DE AÇÃO	
Mobilização dos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais	
Envio de Proposta do Projeto de Lei para os Prefeitos	
Monitoramento da tramitação, aprovação e sanção da lei	
Monitoramento das atividades de execução e instalação das ouvidorias	

PROJETO: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	
OBJETIVOS: Introduzir uma cultura política e administrativa de construção das peças orçamentárias com a participação popular	ESTRATÉGIAS: Estimular os gestores e motiva-los para reconhecer a importância das ações orçamentarias e suas repercussões na sociedade, os relevantes princípios da transparência e do acesso à informação, bem como a importância das ações orçamentárias para traduzir as propostas do governo e a vontade do cidadão.
META: Ter 50% dos municípios do Alto Rio Pardo com elaboração das peças orçamentaria com a participação popular até 4º trimestre 2020.	INDICADORES: número de municípios com orçamento participativo implementado
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Prefeitos, Vereadores, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Agentes de Desenvolvimento, Sebrae e Empretec	
LINHAS DE AÇÃO	
Mobilização e capacitação dos gestores para coleta de dados e formulação das peças orçamentarias PPA/LDO/LOA.	
Realização de audiências com associações comunitárias, ONGs e Sociedade Civil Organizada para levantamento de prioridades para elaboração das peças orçamentarias.	
Realização de Palestras para estimular o envolvimento dos Conselhos Municipais, Associações, Sociedade Civil Organizada na aprovação das peças orçamentárias pela Câmara Municipal.	
Realização de Fóruns e conferências com participação da sociedade civil e órgãos públicos para apresentação e melhoria das propostas	
Monitoramento da aprovação, sanção, publicação e divulgação das peças orçamentarias	

5.6.4 Agronegócio

O agronegócio ultrapassa os limites de dentro da propriedade rural – agrícola e pecuária, pois envolve todos os processos que ocorrem após a porteira rural e que abrangem desde o beneficiamento, a industrialização, a distribuição e a comercialização dos produtos. Nesse sentido, é uma atividade que propicia o abastecimento de alimentos até o consumidor final e que tem uma expressiva participação na economia do país, pois além dos resultados financeiros abarca uma rede de pessoas que se beneficiam disso perante todo o circuito produtivo. Assim, O agronegócio, também denominado *agrobusiness* seria “o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários ‘in natura’ ou industrializados” (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

O agronegócio não se limita apenas à agricultura e à pecuária, pois incluiu “as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária” (FRANSCISCO, 2016, p. 1). Porém, os praticantes da atividade sabem que os desafios são muitos e que envolvem questões relacionadas à infraestrutura e logística, a Legislação tributária que é muito complexa, ao acesso a recursos financeiros, a melhoria na Gestão empresarial, a manutenção e qualificação da mão de obra que é escassa, dentre outros. Todavia, reconhecem a importância de aliar a atividade ao desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, pois esses estão diretamente inter-relacionados quando se busca resultados favoráveis.

O agronegócio é uma atividade comum em todo o Alto Rio Pardo, porém desenvolvida isoladamente e sem grande impacto político. Estrategicamente este é um eixo do plano que se propõe fomentar a atividade na região, criando condições e buscando políticas públicas necessárias que propiciem a organização, o incremento e a consolidação na região. Para tanto será fundamental estimular a organização da representação setorial, o adensamento e a gestão estratégica das cadeias produtivas existentes e posteriormente, investir na

capacitação dos produtores, na qualificação e na divulgação da produção regional. Os maiores desafios a serem enfrentados dizem respeito à necessidade de se superar o pouco conhecimento sistematizado na atualidade sobre a dinâmica e estrutura da atividade.

Para o enfrentamento desses desafios o Eixo de Agronegócio foi construído a partir de 8 (oito) propostas: 1) a congregação dos interesses ao propor a criação de Sindicatos Patronais Rurais na região para que juntos encontrem os meios para o avanço da atividade; 2) os investimento na capacitação contínua do homem do campo; 3) o incentivo a Produção Orgânica como diferencial produtivo; 4) a criação de uma marca e Selo de Identificação dos produtos do ARP; 5) o fomento a ampliação e a legalização dos Agronegócios do Mel, Marmelo, Polvilho, Cachaça e Frutas – produtos destaques da região; 6) o fomentar das Cadeias Produtivas da Cafeicultura, Pecuária e Silvicultura que também são traços marcantes e que podem ser ainda mais desenvolvidos; 7) a organização e a ampliação de eventos de incremento, divulgação e comercialização dos produtos regionais; e, 8) a implantação e/ou adequação dos abatedouros municipais.

Todas as estratégias anteriormente mencionadas se propõem a consolidação de uma atividade indutora e promotora do desenvolvimento econômico, social e ambiental do ARP, pois todos os municípios que compõe a região apresentam traços comuns no que se referem ao Agronegócio. É perante essa visão territorial que ao organizar e fortalecer a atividade se espera contribuir para o progresso contínuo e fortalecido do setor.

Objetivo Geral do Eixo: Fomentar o agronegócio no Alto Rio Pardo, criando condições e buscando políticas públicas que propiciem a organização, o incremento e a consolidação da atividade na região.

Desafios: Superar o pouco conhecimento sistematizado sobre a dinâmica e estrutura da atividade.

Estratégias:

- Incentivar a organização da representação setorial;
- Estimular o adensamento e a gestão estratégica das cadeias produtivas;
- Capacitar os produtores, qualificar e divulgar a produção regional.

Projetos Prioritários:

PROJETO 1: CRIAÇÃO DE SINDICATOS PATRONAIS RURAL NOS MUNICÍPIOS DO ARP

PROJETO 2: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS

PROJETO 3: CRIAÇÃO DA MARCA, SELO DE IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA

PROJETO 4: FORMALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

PROJETO 5: DIVULGAÇÃO E APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

PROJETO 6: CAPACITAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO

PROJETO 7: FOMENTO A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ

PROJETO 8: FOMENTO A CADEIA PRODUTIVA DO EUCALIPTO

PROJETO: CRIAÇÃO DE SINDICATOS PATRONAIS RURAL NOS MUNICÍPIOS DO ARP	
OBJETIVOS: Estimular a organização social e produtiva por meio da criação de sindicatos patronais	ESTRATÉGIAS: Firmar parcerias com entidades do segmento para conscientização e mobilização dos produtores rurais para a importância estratégica de organização da categoria
META: Fundação de 03 sindicatos patronal rural nos municípios do Alto Rio Pardo.	INDICADORES: Número de sindicatos criados nos municípios do ARP
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, Secretarias Municipais de Agricultura, FAEMG, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, SENAR e Agentes de Desenvolvimento	
LINHAS DE AÇÃO	
Levantamento dos atores envolvidos no Agronegócio	
Mobilização dos atores	
Reunião para formação da Comissão Organizadora provisória para a criação do Sindicato Patronal	
Reunião de nivelamento envolvendo os municípios do Alto Rio Pardo	
Missão técnica envolvendo os municípios do Alto Rio Pardo	
Palestra sobre Associativismo	
Formalização e institucionalização do Sindicato Patronal Municipal	

PROJETO: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS.	
OBJETIVOS: Incentivar a produção agroecológica e orgânica como mecanismo de diversificação e adensamento das cadeias produtivas e agregação de valor ao agronegócio regional	ESTRATÉGIAS: Estudar, identificar e divulgar oportunidade de mercado junto aos produtores potenciais qualificando-os para a produção e comercialização desses produtos, a partir da rede de parceiros
META: Aumentar em 100% a produção agroecológica e de orgânicos no TARP até 2023	INDICADORES: Quantidade de produtos inseridos no mercado e tamanho da produção por tipo de produto específico
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, Secretarias Municipais de Agricultura, MAPA, CMDRS, CAA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e IMA	
LINHAS DE AÇÃO	
Identificação da produção orgânica e agroecológica nos municípios do Alto Rio Pardo	
Mobilização e sensibilização dos produtores orgânicos	
Realização do Seminário: “PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA NO TARP OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO E RENDA”	
Realização de missão técnica envolvendo os produtores orgânicos dos municípios do Alto Rio Pardo	
Criação de Lei Municipal incentivando a compra dos produtos orgânicos no PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	
Criação de feiras de produtos orgânicos com base agroecológica nos municípios do Alto Rio Pardo	
Criação de Hortas Comunitárias em bairros vulneráveis e escolas das redes municipais, incentivando assim o consumo e a comercialização de produtos orgânicos.	

PROJETO: CRIAÇÃO DA MARCA, SELO DE IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA	
OBJETIVOS: Fortalecer o agronegócio do TARP e a sua participação no mercado, a partir da identificação e qualificação dos produtos	ESTRATÉGIAS: Firmar parcerias com entidades do segmento e divulgar as oportunidades e força estratégica da criação de marca para produtos e da identificação geográfica
META: Criação da marca e do selo e de uma associação de produtores	INDICADORES: produtos e associação criados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, Secretarias Municipais de Agricultura, INPI, CMDRS, MAPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e IMA	
LINHAS DE AÇÃO	
Levantamento da produção do Agronegócio nos municípios do Alto Rio Pardo	
Mobilização e sensibilização dos produtores do Agronegócio	
Fórum sobre a importância da marca e selo de identificação dos produtos do Agronegócio	
Reuniões com os produtores do Agronegócio	
Formalização da Associação do Agronegócio que dará suporte aos produtores associados no selo de identificação, na divulgação e na comercialização de suas marcas	
Estabelecimento de critérios técnicos de para regulamentação do uso do selo	

PROJETO: FORMALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO	
OBJETIVOS: Formalizar a produção do agronegócio no TARP a partir das cadeias produtivas do mel, polvilho, cachaça e frutas	ESTRATÉGIAS: estimular a organização setorial e a formalização dos produtores rurais como mecanismo de competitividade
META: aumentar em 100% o percentual de produtores formalizados nas cadeias produtivas priorizadas até 2023	INDICADORES: número de produtores regulamentados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, SENAR, Secretarias Municipais de Agricultura, CMDRS, MAPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e IMA	
LINHAS DE AÇÃO	
LEVANTAMENTO DOS INTERESSADOS EM CADA SEGMENTO NAS CIDADES ENVOLVIDAS	
MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS POSSÍVEIS PARCEIROS	
REUNIÃO PREPARATÓRIA DE EXPLANAÇÃO DO PROJETO	
PALESTRA SOBRE FORMALIZAÇÃO DE AGRONEGÓCIOS E SUAS VANTAGENS COMPETITIVAS	
REUNIÃO PARA SEPARAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS POR SEGMENTO E PLANEJAMENTO DE AÇÕES	
DISCUSSÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DAS CADEIAS PRODUTIVAS E ELEIÇÃO DE LIDERANÇAS PARA CONDUZIR O PROCESSO	
LEVANTAMENTO DOS PROCECIMENTOS E ATORES NECESSÁRIOS PARA A CRIAÇÃO DOS ESTATUTOS	
VOTAÇÃO, APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ESTATUTOS	
MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DE NOVAS AÇÕES	

PROJETO: DIVULGAÇÃO E APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO	
OBJETIVOS: Ampliar mercado para os produtos do agronegócio regional, com a criação de novos pontos de venda, parcerias comerciais e divulgação	ESTRATÉGIAS: Articular com os produtores e suas formas de organizações a criação e melhoria de estrutura de comercialização local e regional.
META: Organizar 17 feiras livres, 3 feiras de negócios e 1 CEASA.	INDICADORES: eventos criados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; mídia regional, Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, SENAR, Secretarias Municipais de Agricultura, CMDRS, MAPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, UNIMONTES, IFNMG e IMA	
LINHAS DE AÇÃO	
LEVANTAMENTO DOS POSSÍVEIS PARCEIROS PARA A AÇÃO	
REALIZAÇÃO DO FORUM PERMANENTE DE DISCURSÕES COM REUNIÕES ANUALMENTE COM TEMAS MERCADOLÓGICOS DE PRODUÇÃO	
PROMOVER EMPENHO POLÍTICO PARA VIABILIZAÇÃO DOS PROJETOS	
ARTICULAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL ESPECÍFICA PARA DAR APOIO AO AGRICULTOR NA COMERCIALIZAÇÃO DE SEUS PRODUTOS, COM TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA AO DESEMPENHO DESTA ATIVIDADE	
ORGANIZAR E FORTALECER AS FEIRAS LIVRES DAS CIDADES DO ALTO RIO PARDO	
FORTALECER AS FEIRAS E EVENTOS DO AGRONEGÓCIO COMO FESTIVAL MUNDIAL DA CACHAÇA DA CACHAÇA/ FERARP/ FAFARP ENTRE OUTROS.	

PROJETO: CAPACITAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO	
OBJETIVOS: Capacitar e qualificar os produtores rurais nos processos de gestão dos empreendimentos e dos negócios como mecanismo de aumento da competitividade do agronegócio em toda a região	ESTRATÉGIAS: Estabelecer rede de parceiros para sensibilização e mobilização permanente do público alvo e oferta sob demanda nas próprias comunidades
META: Alcançar todas as comunidades rurais do TARP com oferta de cursos e acompanhamento técnico até 2023	INDICADORES: Número de comunidades rurais atendidas
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, SENAR, Secretarias Municipais de Agricultura, CMDRS, MAPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, UNIMONTES, IFNMG e IMA	
LINHAS DE AÇÃO	
ARTICULAÇÃO DOS POSSÍVEIS PARCEIROS PARA A AÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROJETO	
LEVANTAMENTO DA DEMANDA JUNTO ÀS COMUNIDADES RURAIS	
DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO	
CRIAÇÃO DE EQUIPE TECNICA JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL, ONDE OS ALUNOS VÃO ACOMPANHAR OS PRODUTORES RURAIS	
PREPARAÇÃO DA CAPACITAÇÃO	
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS E PRODUTORES QUALIFICADOS	

PROJETO: FOMENTO A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ	
OBJETIVOS: Apoiar a estruturação e o desenvolvimento da cadeia produtiva do café	ESTRATÉGIAS: Estabelecer parcerias com as Secretarias de Estado e as formas de organização dos ribeirinhos, a realocação dos atingidos pelo barramento.
META: Viabilização de dois projetos públicos de irrigação, nas margens dos Lagos de Machado Mineiro e Berizal.	INDICADORES: Projetos implementados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, SENAR, Secretarias Municipais de Agricultura, CMDRS, MAPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, UNIMONTES, IFNMG e IMA	
LINHAS DE AÇÃO	
Levantamento do potencial hídrico da Sub Bacia Hidrográfica do Alto Rio Pardo	
Articulação das autoridades municipais, instituições públicas Estadual e Federal, ONGS, além da iniciativa privada	
Missão técnica nos casos de sucesso de projetos públicos em andamento	
Reunião de nivelamento envolvendo os municípios do Alto Rio Pardo (produtores e autoridades)	
Negociar a disponibilidade e operacionalização do crédito rural com agentes fomentadores da cafeicultura na região	
Recuperação e manutenção das rodovias municipais para facilitar transporte de insumos e escoamento da produção	

PROJETO: FOMENTO A CADEIA PRODUTIVA DO EUCALIPTO	
OBJETIVOS: Fortalecer a dinâmica e ampliar o potencial de mercado da Silvicultura	ESTRATÉGIAS: Firmar parceria com as instituições de ensino, pesquisa e extensão para implantar uma área de experimento de espécies de eucalipto no Alto Rio Pardo.
META: Plantio de 100 mil hectares de eucalipto no prazo de 3,0 anos, aproveitando as áreas cultivadas anteriormente com esta floresta.	INDICADORES:
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Produtores Rurais, EMATER, SEBRAE, SENAR, FAEMG, IEF, Secretarias Municipais de Agricultura, CMDRS, MAPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agentes de Desenvolvimento, UNIMONTES, IFNMG e IMA	
LINHAS DE AÇÃO	
LEVANTAMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA SILVICULTURA	
NEGOCIAÇÃO COM AGENTES FINANCEIROS FOMENTADORES DA SILVICULTURA	
MISSÃO TÉCNICA ENVOLVENDO OS MUNICÍPIOS DO ALTO RIO PARDO	
REUNIÃO DE NIVELAMENTO ENVOLVENDO OS MUNICÍPIOS DO ALTO RIO PARDO E AS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	
IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE PESQUISA VISANDO IDENTIFICAR AS ESPÉCIES DE MAIOR POTENCIAL PRODUTIVO PARA REGIÃO	
RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS MUNICIPAIS PARA FACILITAR TRANSPORTE DE INSUMOS E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO	
DIVULGAR POTENCIAL MADEIREIRO NA REGIÃO VISANDO ATRAIR EMPRESAS DO SETOR MOVELEIRO	

5.6.5 Gestão Empresarial

A edificação de um modelo sustentável não possui solidez se esse não possuir em suas bases o sustentáculo econômico, social e ambiental. É sabido que modelos econômicos são protagonizados pelo desempenho empresarial e que em nosso país esse padrão se reproduz a partir da configuração de micro e pequenas empresas, responsáveis pela maior parte dos negócios existentes e pela geração de emprego e de renda para a população. Entretanto, não basta apenas aumentar o número de empreendimentos formais, pois nos encontramos em um mundo globalizado, onde cada vez mais se dissolvem as fronteiras e aumenta a necessidade de competição para garantia da sobrevivência dos postos empresariais, o que requer aprimoramento constante do tecido produtivo, mudanças na forma de gerenciamento e na adoção de práticas ambientalmente corretas.

A transição e o avanço tecnológico que cerca e conduz tanto o ambiente empresarial quanto o profissional exige que todos se adaptem à velocidade destas mudanças, o que implica em buscar estratégias contínuas de manutenção do que se tem e de absorção de novos métodos e procedimentos mais eficazes (no que refere ao que fazer para alcançar os objetivos propostos) e mais eficientes (no que refere ao como fazer para alcançar os objetivos propostos). Tais transformações envolvem o processo produtivo em qualquer âmbito ou escala e ampliam a necessidade de aumentar a competitividade empresarial como fator imprescindível para o fortalecimento e continuidade, principalmente, das pequenas empresas.

As empresas situadas na região do ARP não fogem a exceção global, mas por se tratarem de organismos empresariais constituídas em municípios menores, muitas das práticas adotadas são reprodutoras de hábitos rudimentares e de baixa articulação e dialogo com empresas do mesmo ou de outros setores. Por isso, para promover o desenvolvimento produtivo se torna necessário instrumentalizar e estimular a comunicação setorial e pública, além de avançar na profissionalização da gestão empresarial a partir da competitividade das Micro e Pequenas Empresas (MPE). Como eixo estratégico este plano inclui a Gestão Empresarial como chave para o avanço progressivo das empresas da região. Para tanto, se propõe a formação de parcerias estratégicas para a qualificação empresarial e a melhoria de seus

processos, o que inclui a redução da informalidade. Além de buscar alternativas para a ampliação e fortalecimento da representatividade e do associativismo empresarial, com possibilidades de incentivar melhorias inclusive na estrutura regional de distribuição, de fretes e de serviços.

Todavia, as empresas regionais se defrontam com os desafios da baixa profissionalização da gestão das MPE's e da própria qualificação da mão de obra, que precisam ser revertidos em modelos competitivos e estratégicos. E também encontram um cenário de altas cargas tributárias e de um complexo sistema, o que demandará da abertura ao diálogo e aos ajustes políticos para alteração desta realidade. Como solução o Eixo de Gestão Empresarial propõe 4 (quatro) caminhos sendo: 1) a formação de parcerias com instituições nacionais e internacionais para fomento ao empreendedorismo; 2) a criação de uma Associação Comercial Industrial (ACI) do ARP; 3) a criação de central de distribuição do ARP; e, 4) a criação de central de fretes com atendimento aos municípios do ARP.

Pretende-se com o fortalecimento das empresas do ARP gerar um ambiente propício para a competitividade empresarial, pautado no diálogo com o poder público e na formação de parcerias estratégicas. Nesse sentido, busca-se sanar os atuais desafios e fortalecer de modo consistente micro, pequenas e médias empresas, em seus diferentes âmbitos territoriais.

Objetivo Geral do Eixo: Instrumentalizar e estimular a profissionalização da gestão empresarial para promover a competitividade dos MPE's do TARP.

Desafios:

- Cultura de não valorização e atribuição de importância à qualificação técnica para gestão das MPE's
- Alta carga tributária e complexidade do sistema tributário no país

Estratégias:

- Formação de parcerias estratégicas para a oferta de programa de qualificação empresarial;
- Estímulo a representação e ao associativismo empresarial;

Projetos Prioritários:

PROJETO 1: PROGRAMA ANUAL DE QUALIFICAÇÃO DE EMPREENDEDORES
PROJETO 2: ESTÍMULO E APOIO A FORMALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS
PROJETO 3: REDE INTERNACIONAL DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO
PROJETO 4: CRIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA DO ARP
PROJETO 5: FEDERAMINAS ALTO RIO PARDO
PROJETO 6: FEIRA ANUAL DE NEGÓCIOS E OPORTUNIDADES DO ARP
PROJETO 7: OBSERVATÓRIO DO EMPREENDEDORISMO REGIONAL

PROJETO: PROGRAMA ANUAL DE QUALIFICAÇÃO DE EMPREENDEDORES	
OBJETIVOS: Criação e oferta de cronograma anual de cursos, palestras e capacitações voltado aos empreendedores do ARP.	ESTRATÉGIAS: Promover a valorização da profissionalização para a gestão empresarial como estratégia de desenvolvimento do ARP
META: Qualificar 250 novos empreendedores ao ano nas 17 cidades do ARP	INDICADORES: Número de empreendedores e de municípios qualificados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; ACI, CDL, Sebrae, FIEMG, Emater, Prefeituras, Empresas, Sindicatos, IFNMG, Unimontes, UFMG, Endeavor e Na Prática	
LINHAS DE AÇÃO	
Identificar, articular e negociar com potenciais parceiros para formação da rede de apoio ao programa de qualificação	
Realizar levantamento de demandas de cursos, palestras e capacitações com os parceiros e empresas	
Priorização dos cursos, palestras e capacitações demandados na composição do cronograma	
Definir cronograma dos cursos, capacitações e palestras, com locais (cidades) para realizações dos eventos	
Formalização de convênios com os parceiros	
Divulgação do cronograma e oferta dos cursos, capacitações e palestras	

PROJETO: ESTÍMULO E APOIO A FORMALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS	
OBJETIVOS: Aumentar o índice de formalização das MPE's do território	ESTRATÉGIAS: Oferecer orientação técnica e apoio institucional
META: Diminuir em 50% o nível de informalidade das MPE's do TARP até 2030	INDICADORES: índice de formalização
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; ACI, CDL, Sebrae, FIEMG, Emater, Prefeituras, Empresas, Sindicatos, Associações, Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Unimontes, Receita Estadual, Receita Federal, Conselho Regional de Contabilidade e Instituições Financeiras	
LINHAS DE AÇÃO	
Mapeamento das entidades envolvidas com os microempreendedores informais nos municípios do Alto Rio Pardo	
Realizar micro eventos (bimestrais) para exposição dos benefícios da formalização e orientação técnica	
Convidar palestrantes especialistas em Tributação, Financiamentos e Negócios.	
Selecionar local para realização do evento	
Preparar material para divulgação do evento (cartaz, spot, e-mail mkt)	
Divulgar os micro eventos em todos municípios do ARP	

PROJETO: REDE INTERNACIONAL DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO	
OBJETIVOS: Promover parcerias com instituições nacionais e internacionais para fomento ao empreendedorismo	ESTRATÉGIAS: Cooperação interinstitucional com protagonismo na articulação das entidades territoriais
META: Criar uma rede de cooperação pluri institucional	INDICADORES: Número de entidades nacionais e internacionais participantes da rede
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; Sebrae, UNIMONTES, IFNMG, Junior Achievement, Endeavor, Fundação Estudar, etc.	
LINHAS DE AÇÃO	
Identificar, relacionar, articular e negociar potenciais parceiros	
Preparar apresentação institucional do projeto	
Entrega (visitas, email, ou outra forma) das apresentações as entidades.	
Celebração de termo de cooperação para realização de programas que visem o desenvolvimento de competências empreendedoras em jovens de escolas públicas do ARP	
Realizar rodadas de conhecimento, intercâmbio e benchmarking entre as instituições do TARP e a rede de parceiros para troca de Know How	
Divulgação e realização de Seminário Internacional de Empreendedorismo do ARP com programação de palestras, cursos e workshops para pessoas que buscam empreender.	

PROJETO: CRIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA DO ARP	
OBJETIVOS: Otimizar a distribuição de produtos e serviços regionais aumentando a competitividade sistêmica do TARP	ESTRATÉGIAS: Cooperação intermunicipal e articulação político institucional
META: Criar uma CEASA regional	INDICADORES: CEASA criada
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; ACI's, Sebrae, EMATER, Prefeituras, Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Associações, Cooperativas e Governo do Estado	
LINHAS DE AÇÃO	
Levantar demandas locais no que se refere a distribuição de produtos e serviços na região do ARP	
Catalogar e priorizar principais demandas comuns da região	
Elaborar planejamento estratégico para implantação do CD	
Definir de modelo de trabalho do CD	
Elencar parceiros estratégicos a implantação do CD. Preparar material para apresentação do projeto aos parceiros. Agendar visitas aos potenciais parceiros.	
Mobilização dos prefeitos do ARP acerca da implantação do CD	

PROJETO: FEDERAMINAS ALTO RIO PARDO	
OBJETIVOS: Validação do projeto regional do ARP, através da implantação de instituições consolidadas na região	ESTRATÉGIAS: Cooperação intermunicipal, articulação político institucional e mobilização empresarial
META: Unidade Regional implantada até 2030	INDICADORES: Unidade Regional implantada
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; ACI, CDL, Sebrae, FIEMG, Emater, Prefeituras, Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Empresas, Sindicatos	
LINHAS DE AÇÃO	
Definir e listar os benefícios da implantação da unidade regional da Federaminas no ARP	
Convidar e atrair os líderes das entidades envolvidas em um evento/reunião organizado pela equipe Líder.	
Reunir as lideranças envolvidas e apresentar os benefícios da criação da unidade regional da Federaminas.	
Elaboração do projeto de implantação da unidade regional da Federaminas	
Apresentar o projeto com auxílio dos presidentes das ACI's do ARP e angariar apoio político-institucional.	
Realizar evento político institucional para celebração e inauguração	

PROJETO: FEIRA ANUAL DE NEGÓCIOS E OPORTUNIDADES DO ARP	
OBJETIVOS: Fortalecimento das cadeias produtivas e abertura de mercado para os produtos regionais com criação e a institucionalização da feira anual de negócios do ARP	ESTRATÉGIAS: Divulgar em um único evento produtos, serviços e oportunidades de negócios na região do ARP
META: Evento criado e realizado	INDICADORES: Volume de negócios gerados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; ACI, CDL, Sebrae, FIEMG, Emater, Prefeituras, Empresas e Sindicatos	
LINHAS DE AÇÃO	
Levantamento dos principais produtos produzidos na região	
Organizar os produtores através de sindicatos e associações	
Determinar o local da realização do evento de forma itinerante seguindo uma sequência entre os municípios	
Fornecer capacitação aos produtores em estratégias de marketing	
Divulgar o evento em todos os municípios integrados na ARP	
Elaboração, publicação e distribuição do catálogo de produtos e serviços âncora do TARP	
Exportação de produtos regionais	

PROJETO: OBSERVATÓRIO DO EMPREENDEDORISMO REGIONAL	
OBJETIVOS: Gerar informações estratégicas de qualidade para elaboração de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no TARP, bem como orientação e identificação de oportunidades de negócios para os empreendedores e potenciais empreendedores	ESTRATÉGIAS: Cooperação interinstitucional e aproveitamento do Know how e da estrutura das IES e entidades de fomento ao empreendedorismo presentes no território
META: Observatório criado e operando	INDICADORES: Quantidade de pesquisas geradas e de variáveis monitoradas
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; ACI, CDL, Sebrae, FIEMG, Emater, Prefeituras, Empresas, Sindicatos, Sec. Desenvolvimento Econômico, UAI Tec, IFNMG, Unimontes, UFMG, Endeavor	
LINHAS DE AÇÃO	
Elaboração do projeto executivo e do planejamento estratégico do observatório	
Celebração de convênio de cooperação técnica e de formação do arranjo interinstitucional para composição do observatório	
Estruturação de uma rede de conhecimento em torno de temas e/ou setores prioritizados na agenda regional utilizando a capacidade de formulação e avaliação dispersa em instituições públicas e privadas presentes no território	
Criação de uma coordenação, de caráter técnico e logístico para firmar competência interna e tornar a instituição uma referência nesses temas e/ou setores	
Busca de parcerias com instituições do sistema nacional de CT&I, visando assegurar o provimento dos meios necessários ao funcionamento do Observatório e à realização das atividades previstas (recursos humanos especializados, suporte financeiro, compartilhamento de informações e de bases de dados, etc.)	
Concepção e desenvolvimento de um ou mais “projetos âncora”, em torno do(s) qual(is) as atividades do “Observatório piloto” iriam sendo definidas e realizadas como o estudo de viabilidade de implantação de energia fotovoltaica no TARP	

5.6.6 Turismo

Pensar no turismo enquanto indutor do desenvolvimento regional nos remete ao imaginário sobre as belezas naturais e as manifestações da cultura existentes em uma região. Todavia, falar sobre o turismo é muito mais do que vislumbrar o ambiente natural ou se encantar com a cultura regional, pois para transformá-lo em um dos protagonistas do desenvolvimento econômico e social é preciso compreender seu potencial para além da dimensão que envolve a apreciação. Para tanto, é preciso entender que o turismo é um produto que depende de investimentos, pois a consolidação da sua vocação dependerá de outros arranjos que envolverão a sua manutenção. A fala de Carlos Águedo Nagel Paiva, na apresentação do livro de Tomazzoni, deixa claro que a aposta no turismo envolve muito mais do que apenas a própria vocação, pois...

Desde logo, isso significa dizer que a aposta no turismo, que sua exploração, como atividade econômica promotora de desenvolvimento, envolve muito trabalho e inúmeros investimentos. Para Tomazzoni, o turismo é um produto e, como tal, é objeto de uma cadeia produtiva. Uma cadeia que conta com alguns elos centrais e universais – em particular, hotelaria, gastronomia, serviços de lazer e entretenimento e sistema de informações; elos associados – transporte, segurança, comércio, artesanato, entre outros – e elos periféricos, que podem variar em cada região, mas que, via de regra, envolvem as indústrias de vestuário, mobiliário, objetos de decoração e construção civil, os serviços de saúde, educação e estética e a agricultura, a pecuária e produtos da gastronomia regional. Como bem nos lembra Tomazzoni, não é gratuito que o turismo seja usualmente identificado a uma “indústria”. Na verdade, o turismo é, antes de mais nada, um arranjo produtivo de base local, um APL (TOMAZZONI, 2008, p. 7/8).

Nesse sentido, o turismo só poderá contribuir para o desenvolvimento quando promover mudanças significativas em sua base estrutural, o que por sua vez envolverá riscos e incertezas, mas também investimentos e trabalhos contínuos na busca do que se deseja para uma região. Todavia, quando o planejamento turístico se consolida de modo eficaz, ele pode ampliar seu foco ao se tornar uma solução para muitos dos problemas causados pela desigualdade social, pois poderá criar oportunidades para a ascensão de pessoas que antes não

tenham como expandir o leque de comercialização de seus produtos (artesões, produtores rurais, etc) e serviços (hotelaria, gastronomia, etc.). Assim, investir em turismo pode ser um indutor de mudanças econômicas e sociais, quando seu caminho é traçado coletivamente, envolvendo todos aqueles que podem contribuir para as transformações necessárias para o seu sucesso, uma vez que o turismo representa entrada de divisas no território e valorização da sua marca, da sua imagem e, conseqüentemente, dos seus produtos.

Pensar o turismo como negócio é pensar na vocação da região e assim, aproveitar seus potenciais e neles investir. No ARP seus potenciais e vocações se manifestam num conjunto singular de representações da cultura tradicional, como nas tantas festas religiosas que marcam a devoção e a fé do seu povo, na culinária típica, tão bem representada pela melhor aguardente do Brasil, no Parque Estadual de Serra Nova – manancial de águas cristalinas e cachoeiras imponentes em pleno semiárido mineiro.

Todavia, o investimento no turismo do ARP precisa ser compreendido com uma visão macro, de médio prazo e é por isso que esse Eixo tem como principal desafio o de conscientizar a população, lideranças públicas e privadas sobre o potencial turístico regional (cultura e natureza) enquanto alternativa para o desenvolvimento territorial. Para tanto, inclui duas estratégias principais e norteadoras das futuras ações, a saber: A) a mobilização e a articulação das lideranças regionais para inclusão do turismo nas agendas e estruturas das administrações públicas municipais; e B) a inclusão da região do Alto Rio Pardo nas políticas públicas de turismo das três esferas (municipal, estadual e federal).

Nesse intuito, ao alcançar as estratégias mencionadas anteriormente, o Eixo de Turismo pretende desenvolver ações que fomentem a atividade seguindo 7 (sete) direções descritas a seguir: 1) Institucionalizar o turismo nos municípios da região do Alto Rio Pardo; 2) Inventariar as potencialidades turísticas; 3) Criar a Rota da Cachaça; 4) Conscientizar a população sobre os benefícios do turismo; 5) Sensibilizar e qualificar a estrutura receptiva ao turista (população, rede hoteleira e gastronômica); 6) Criar um centro de apoio municipal ao turista; e, 7) Melhorar a infraestrutura básica para o recebimento do turista (sinalização, transporte, acessos, hotelaria, etc).

Investir no turismo regional é apoiar a estrutura que o dê sustentação. É criar condições para que o empreendedorismo encontre ambiente favorável e promissor também no campo das políticas públicas e da infraestrutura e não só no campo das tantas riquezas e

recursos que o território reúne. Assim, a consolidação deste Eixo dependerá dos esforços planejados das lideranças efetivas em transformar um ambiente turístico ainda potencial e incipiente em um cenário de negócios bem-sucedido.

Objetivo Geral do Eixo: promover o desenvolvimento do turismo como estratégia de diversificação econômica e valorização dos ativos ambientais e patrimoniais do Alto Rio Pardo

Desafios:

- Conscientizar a população, lideranças públicas e privadas sobre o potencial turístico do território (cultura e natureza) enquanto alternativa de desenvolvimento regional.
- Captar recursos para políticas e investimentos municipais

Estratégias:

- Mobilizar e articular as lideranças regionais para inclusão do turismo nas agendas e estruturas das administrações públicas municipais;
- Incluir a região do Alto Rio Pardo nas políticas públicas de turismo nas esferas estadual e federal;

Projetos prioritários:

PROJETO 1: INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO TARP

PROJETO 2: CRIAÇÃO DA ROTA DA CACHAÇA

PROJETO 3: CRIAÇÃO DO CALENDÁRIO INTEGRADO DE EVENTOS TURÍSTICOS REGIONAIS

PROJETO 4: INFORMAÇÃO TURÍSTICA, SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

PROJETO 5: HOSPITALIDADE E QUALIDADE RECEPTIVA

PROJETO 6: CENTRO REGIONAL DE ATENDIMENTO AO TURISTA

PROJETO 7: SINALIZAÇÃO TURÍSTICA REGIONAL

PROJETO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO TARP	
OBJETIVOS: Estimular a institucionalização de políticas públicas locais e a inserção do TARP nas políticas estadual e federal de turismo	ESTRATÉGIAS: Articular as lideranças municipais para inclusão do turismo nas agendas e estruturas das administrações públicas de maneira a atender aos requisitos das políticas estadual e federal
META: 100% dos municípios habilitados e recebendo os recursos do ICMS Turístico até 2023	INDICADORES: municípios habilitados no critério Turismo da Lei Robin Hood e no Programa de Regionalização
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; UNIMONTES, Sebrae, CDL, ACI, SETUR-MG, MTUR, prefeituras e câmaras municipais.	
LINHAS DE AÇÃO	
Identificação, sensibilização e mobilização dos atores e empreendedores do turismo nos municípios	
Articulação dos municípios para adesão e/ou criação de um circuito turístico nos termos das resoluções da SETUR-MG	
Estímulo e orientação aos municípios para criação da Lei que Institui a Política Municipal de Turismo	
Estímulo a criação do órgão Municipal de Turismo na estrutura da administração municipal	
Criação do COMTUR e do FUMTUR e Qualificação e assessoria aos conselheiros municipais de turismo para a gestão do fundo e da política municipal de turismo	
Elaboração dos PMDTS – Plano Municipal de Turismo Sustentável e Articulação para inserção das propostas dos PMDTS no planejamento orçamentário municipal (PPA / LOA / LDO)	
Articulação, mobilização e orientação aos órgãos municipais para captação do recurso referente a parcela da cota parte dos municípios no ICMS, a partir da habilitação municipal no critério turismo da Lei Robin Hood	

--

PROJETO: CRIAÇÃO DA ROTA DA CACHAÇA	
OBJETIVOS: Criar a rota da cachaça como produto turístico regional inserindo o TARP no mercado turístico estadual, nacional e internacional	ESTRATÉGIAS: Promover o ícone cachaça da região de Salinas como melhor cachaça do mundo, Salinas como capital mundial da cachaça e o roteiro como oportunidade de vivenciar experiências gastronômicas e culturais diferenciadas
META: Ter até 2018 pelo menos 1 roteiro temático formatado e comercializado pelas principais operadoras do país	INDICADORES: Roteiros e pacotes comercializados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; trade turístico, UNIMONTES, CDL, ACI, Sebrae, SETUR-MG, Mtur, Prefeituras e Circuito Turístico	
LINHAS DE AÇÃO	
Levantamento histórico e mapeamento da cadeia produtiva da cachaça na região	
Identificação dos principais atrativos, produtos, serviços e/ou recursos associados a cachaça para composição da rota e dos roteiros	
Definição do traçado da rota, mobilização, sensibilização e preparação dos municípios	
Qualificação dos produtores, comerciantes e prestadores de serviço associados	
Estruturação e sinalização da rota turística	
Formatação de roteiros temáticos	
Elaboração de plano de marketing, promoção e comercialização da rota e dos roteiros	

PROJETO: CRIAÇÃO DO CALENDÁRIO INTEGRADO DE EVENTOS TURÍSTICOS REGIONAIS	
OBJETIVOS: Aumentar e distribuir o fluxo de turistas na região, por meio da valorização e compatibilização dos eventos de interesse turístico dos municípios do TARP, a partir da criação de um calendário regional integrado	ESTRATÉGIAS: Valorizar a cultura regional destacada nos principais eventos de interesse turístico dos municípios e promover a oferta integrada da oferta desses no mercado turístico
META: Criação e operacionalização do calendário regional	INDICADORES: Fluxo turístico
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; trade turístico, UNIMONTES, CDL, ACI, Sebrae, SETUR-MG, Mtur, Prefeituras e Circuito Turístico, associações, produtores e grupos culturais;	
LINHAS DE AÇÃO	
Levantamento, caracterização e avaliação de interesse turístico dos principais eventos municipais	
Articulação dos produtores e planejamento integrado das datas e programações	
Qualificação e incremento na produção dos eventos com maior potencial de atração de fluxo	
Identificação de datas e períodos aptos a proposição de novos eventos	
Identificação e fortalecimento de eventos e/ou manifestações culturais em processo de descaracterização e perda	
Formatação, promoção, publicação e divulgação do calendário regional integrado	
Registro e inserção do calendário regional no calendário de eventos turísticos oficial do estado	

PROJETO: INFORMAÇÃO TURÍSTICA, SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	
OBJETIVOS: Levantar informações que caracterizem o potencial turístico regional e sensibilizar população, empreendedores e poder público sobre as oportunidades e benefícios do turismo como vetor de desenvolvimento regional	ESTRATÉGIAS: Articular parcerias e mobilizar a opinião pública para iniciar um processo interno de reconhecimento dos valores territoriais e do seu potencial turístico
META: Inventariar todos os municípios do ARP	INDICADORES: Quantidade de Inventários Turísticos no modelo da SETUR
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder; trade turístico, UNIMONTES, CDL, ACI, Sebrae, SETUR-MG, Prefeituras e Circuito Turístico, associações, produtores e grupos culturais;	
LINHAS DE AÇÃO	
Colher dados regionais que comprovem o potencial turístico que pode ser explorado por cada município, sistematizando-os por meio do levantamento e inventariação da oferta turística regional conforme metodologia da SETUR-MG;	
Montar uma campanha de reconhecimento e envolvimento da população para com o patrimônio cultural e ambiental regional e de sensibilização para o potencial turístico regional	
Mobilizar e sensibilizar por meio de eventos e reuniões técnicas lideranças públicas e empreendedores potenciais para o potencial turístico regional, bem como para o turismo como oportunidade de desenvolvimento	
Elaborar e distribuir material de divulgação do potencial turístico regional como site, folders, mapas, adesivos e cartilhas	
Publicar um guia turístico do ARP	
Realizar concurso fotográfico com mostra itinerante sobre atrativos turísticos da região	
Realizar concursos de redação nas escolas sobre o patrimônio cultural, ambiental e potencial turístico regional	

PROJETO: HOSPITALIDADE E QUALIDADE RECEPTIVA	
OBJETIVOS: Qualificar os serviços de hospedagem e alimentação de categoria turística disponíveis na região, preparando-os imediatamente para um melhor atendimento	ESTRATÉGIAS: Firmar parceria com entidades capacitadoras e de representação empresarial
META: Qualificar 20% da rede de serviços priorizados até 2020	INDICADORES: Quantidade de empreendimentos e funcionários qualificados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder, trade turístico, UNIMONTES, CDL, ACI, Sebrae, SENAC, SETUR-MG, Prefeituras e Circuito Turístico	
LINHAS DE AÇÃO	
Identificar e selecionar empreendimentos de hospedagem e alimentação com condições imediatas de atendimento ao mercado turístico regional	
Articular e sensibilizar empreendedores e gestores desses empreendimentos para a necessidade de adequação e qualificação para o mercado turístico	
Divulgar a legislação e estimular a realização do CADASTUR para os empreendimentos priorizados	
Capacitar funcionários das principais funções (como garçons, atendentes, recepcionistas, etc.) para os temas hospitalidade e atendimento	
Disponibilizar orientação técnica por meio de consultoria aos empreendimentos priorizados para implementação de melhorias estruturais, funcionais e estéticas	
Divulgar e promover os empreendimentos qualificados	

PROJETO: CENTRO REGIONAL DE ATENDIMENTO AO TURISTA	
OBJETIVOS: Criar um Centro de Atendimento ao Turista na cidade de Salinas de maneira a oferecer apoio e orientação ao turista, contribuindo para melhoria da qualidade da sua estada no TARP	ESTRATÉGIAS: Captar recursos e parcerias estratégicas
META: Criar 1 CAT Regional	INDICADORES: Centro instalado e operando
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder, trade turístico, UNIMONTES, CDL, ACI, Sebrae, SENAC, SETUR-MG, Prefeituras e Circuito Turístico	
LINHAS DE AÇÃO	
Elaborar projeto para captação de recursos	
Elaborar projeto técnico/executivo	
Articular apoios e parcerias para viabilização de local, estrutura, funcionamento e construção	
Disponibilizar e reunir informações turísticas de qualidade por meio de material institucional como folders, mapas, postais, etc.	
Selecionar e qualificar equipe de atendimento	
Manutenção e gestão do CAT	

PROJETO: SINALIZAÇÃO TURÍSTICA REGIONAL	
OBJETIVOS: Orientar o fluxo turístico com informação indicativa e de localização nas principais vias e atrativos, contribuindo para melhoria da qualidade da experiência turística no TARP	ESTRATÉGIAS: Captar recursos e parcerias estratégicas
META: Sinalizar 100% dos atrativos prioritizados até 2025	INDICADORES: Quantidade de atrativos sinalizados
ATORES ENVOLVIDOS: Grupo Líder, trade turístico, UNIMONTES, CDL, ACI, Sebrae, SENAC, SETUR-MG, Prefeituras e Circuito Turístico, DER-MG	
LINHAS DE AÇÃO	
Elaborar projeto para captação de recursos	
Elaborar projeto técnico/executivo	
Articular apoios e parcerias para viabilização e instalação das placas de sinalização rodoviária e de identificação nos atrativos	
Confecção e instalação das placas	
Manutenção das placas instaladas	

5.6.7 Infraestrutura

Por infraestrutura entende-se a base material, o conjunto de edificações, obras e serviços públicos que garantem o mínimo conforto da vida urbana atual. Nesse sentido, propor o desenvolvimento é um exercício que não pode prescindir da reflexão sobre quais acessos (estradas, aeroportos, ferrovias, terminais rodoviários), equipamentos e mobiliários urbanos (ruas, iluminação pública, pontes) bem como serviços públicos essenciais (abastecimento e tratamento de água, de esgoto ou sistema de comunicação e geração e distribuição de energia), por exemplo, que dão suporte e qualidade a organização social em determinado território, estão disponíveis. São, portanto, condições de garantia de capacidades e direitos da territorialidade, uma vez que a oferta em quantidade e qualidade dessa infraestrutura disponibiliza a reunião das condições básicas de habitabilidade e de produção.

Investir em infraestrutura é, sob tal perspectiva, condição *sin qua non* para o desenvolvimento territorial acontecer. Isso é sabido e ponto pacífico. A dificuldade para que isso aconteça, seja pela complexidade dos projetos técnicos ou das prerrogativas legais (sobretudo as de ordem ambiental), ou seja pela vultuosidade de recursos econômicos que tais intervenções requerem é que se apresenta como um grande desafio para a nossa sociedade e agentes públicos.

Assim, em face a tal necessidade, o que se constata historicamente no Brasil é o “abandono” e a falta de priorização, por parte dos agentes políticos e da liderança pública, a essa tão crucial dimensão do desenvolvimento territorial, de maneira recorrente, deixada sempre como o investimento a ser feito pela administração futura – legando a sociedade brasileira um déficit de infraestrutura que define nossa competitividade e compromete a saúde pública.

No TARP o quadro é o mesmo e, dessa forma, um esforço coletivo contundente e veloz se faz imperioso para que a região alcance o seu potencial de desenvolvimento e seja capaz de equacionar as deficiências na sua infraestrutura. Nessa perspectiva, o Eixo apresenta um conjunto de sete projetos que, ao considerar além de tais deficiências também as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico que se afiguram na análise situacional, almejam amenizar esse quadro e potencializar a competitividade territorial.

Objetivo Geral do Eixo: Dotar o TARP de infraestrutura capaz de potencializar, acelerar e sustentar o seu processo de desenvolvimento sustentável

Desafios:

- Atuar em bloco, com cooperação municipal, a partir da priorização de pleito para investimentos com impacto regional, em detrimento das demandas exclusivamente locais

Estratégias:

- Mobilizar e articular as lideranças regionais para apoio na tramitação dos projetos;
- Mobilizar e articular as lideranças regionais para captação de recursos nas esferas estadual e federal;

Projetos prioritários:

PROJETO 1: CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO – CEASA REGIONAL

PROJETO 2: CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

PROJETO 3: DUPLICAÇÃO DA BR 251

PROJETO 4: CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE BERIZAL

PROJETO 5: CONSTRUÇÃO DO CENTRO REGIONAL DE ATENDIMENTO AO TURISTA

PROJETO 6: CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO PARQUE DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTÁTICA

PROJETO 7: CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DAS FACULDADES INTEGRADAS DO ALTO RIO PARDO

6. GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO

A governança (...) em prol do desenvolvimento regional sustentável vislumbra a possibilidade de ligar indivíduos, organizações, agências e instituições em diversos níveis organizacionais.

(FOLKE *et al.* 2005, p. 441)

Governança é o conjunto de processos, regulamentos, decisões e ideias que mostram a maneira pela qual uma organização ou um grupo é dirigido, promovendo o relacionamento entre as partes envolvidas e estabelecendo mecanismos de funcionamento e gestão do projeto. Pode ser compreendida ainda como o sistema pelo qual as organizações são administradas, monitoradas e incentivadas para o desenvolvimento do seu propósito com regras e procedimentos que induzam à gestão eficiente e, no nosso caso, garantindo o alinhamento dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável - Alto Rio Pardo 2030 e a missão definida para orientar ações de direção, organização, planejamento e controle na tão necessária ação coordenada para a cooperação intermunicipal/regional.

Já o termo Governança Público Privada é a totalidade de maneiras para administrar problemas Territoriais, com a participação e ação do estado e dos setores privados e da sociedade civil organizada. Nessa rede social de cooperação os atores privados assumem importante papel, mas sempre em parceria com o estado. Ou seja, a Governança não exclui a dimensão estatal, mas ao contrário, acaba por envolvê-la, porém sob uma nova forma. Assim Governança Público Privada tem a ver com a presença crescente desses atores sociais no cenário político e social.

As boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor de organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para sua longevidade. Nessa direção, a boa Governança proporcionará aos associados a gestão estratégica da instituição com transparência, prestação de contas, equidade e a responsabilidade corporativa.

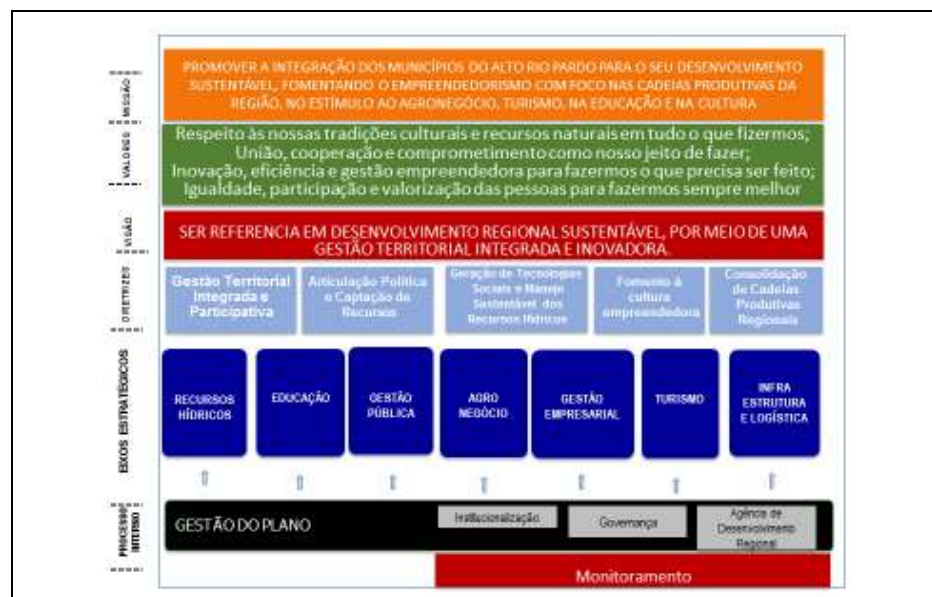
Portanto, pode-se afirmar de maneira categórica que essa boa Governança, regional, para o desenvolvimento do Alto Rio Pardo é extremamente necessária para que os apontamentos indicados nos eixos prioritários deste plano, bem como suas estratégias e diretrizes não se percam no tempo por falta de uma estrutura que as receba e as leve adiante. Nesse contexto, a proposição de criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional para o Alto Rio Pardo atribuída, dentre outras coisas, de coordenar os esforços de implementação deste plano requer união de forças Políticas, empresariais e da sociedade civil organizada para compor essa fundamental institucionalidade, como indutora e articuladora dos processos de desenvolvimento norteados pelo Plano.

Por fim, a proposta de criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Alto Rio Pardo, busca dinamizar a economia da Micro Região, com um trabalho profissional e de mobilização constante de suas lideranças, transformando uma realidade onde ainda se encontram pobreza, miséria e principalmente falta de união da classe política e das entidades de classe para acreditar que é possível empreender, realizar e fazer acontecer uma nova realidade, fruto do olhar e de um fazer com caráter regional, apolítico, apartidário e que tenha na causa do Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Alto Rio Pardo o seu maior legado.

7. MAPA ESTRATÉGICO DO PLANO

O Mapa Estratégico apresenta, a partir de uma linguagem gráfica, a síntese do conteúdo principal do planejamento elaborado para o Alto Rio Pardo de forma a favorecer e facilitar, a partir da sua visualização integral, a gestão e a implantação dos pressupostos e das decisões que o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável – Alto Rio Pardo 2030** apresenta e conclama a todo o território regional.

FIGURA 3 – Mapa Estratégico do ARP.



Fonte: Própria.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADENOR. **Norte de Minas em Ação**: plano de desenvolvimento regional sustentável. Montes Claros, 2013.

AMARAL, P. V.; LEMOS, M. B.; CHEIN, F. **Disparidades regionais em Minas Gerais: uma aplicação regional de métodos de análise multivariada**. Análise Econômica, Porto alegre, ano 28, n. 54, p. 313-344, set. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/6587/11065>>

ARAÚJO, Fabiana Oliveira. **Campo-Cidade-Região**: transformações prováveis a partir da implantação de empreendimentos mineradores no Norte de Minas Gerais. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9N5L4R/x_disserta_ao_fabiana.pdf?sequence=1

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Municípios**. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/home/index.html>>

BUZAN, Tony; BUZAN, Barry. **El Libro de los Mapas Mentales**, Barcelona, Ed. Urano, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014

BRIDGES, William. **Managing Transition**. Ed. Addison-Wesley Publishing Company, por Regina Alencar e Helena Ferraz. 1997

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Municípios do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/municipios/index/100131/>>

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

FOLKE, C. *et al.* **Adaptive governance of social-ecological systems**. Review Environment Research, v. 30, n. 3, p. 441-473, 2005.

FRANCISCO, Ederico. **Raízes do Passado**. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=9831>>

FRANCISCO, Wagner De Cerqueira E. **Agronegócio**. Brasil Escola. 2016. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/agronegocio.htm>>

FRANCO, Augusto. **Ação Local**: a nova política da contemporaneidade. Brasília: Ágora. Instituto de Política, Fase, 1995.

_____. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000b.

FREIRE, Paulo. Citação de Frase. Disponível em: <<http://kdfrases.com/frase/111135>>

HESSSELBEIN, Frances; GOLDSMITH, Marshall e BECKHARD, Richard - **O Líder do Futuro**, | org. The Peter F. Drucker Foundation, São Paulo: Futura, 1996

HIRATA, Renato H. – **Estilos de Negociação**: as oito competências vencedoras, São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O Brasil Município por Município**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=310100&search=minas-gerais|C3%81guas-vermelhas|infograficos:-historico&lang=>>>

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1975.

KOUZES, James M. e POSNER, Barry Z. **O desafio da Liderança**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 255 p.

NASCIMENTO, Talita Amaral Morado. **Distribuição territorial da atividade econômica**: Região Norte – Minas Gerais. Belo Horizonte: SEBRAE Minas, 2014.

OLIVEIRA, Inocêncio; PORTUGAL, Augusto; VERAS, Claudio. **Programa Liderança para o Desenvolvimento Regional – LIDER** - Brasília: FNP, CNM e Sebrae NA, 2011. Revisão 2015.

PAULA, Juarez de. **Políticas de apoio ao Desenvolvimento Local**. Crises e Oportunidade, São Paulo/SP, 2009. Disponível em: <<https://criseoportunidade.wordpress.com/2009/05/09/politicas-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-juarez-de-paula/>>

PAULA, Juarez de. **Território e competitividade sistêmica**. Crises e Oportunidade, São Paulo/SP, 2009. Disponível em: <<https://criseoportunidade.wordpress.com/2009/06/18/territorio-e-competitividade-sistemica-juarez-de-paula/>>

PEREIRA, Obeli Aparecido. **Município de Vargem Grande: do passado ao presente**. Disponível em: <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/vargemgrande_do_rio_pardo>

PIDERIT, S. K. **Rethinking resistance and recognizing ambivalence: a multidimensional view of attitudes toward an organizational change**. *Academy of Management Review*, 25 (4), 785-794, 2000.

PORTER, Michel E.. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIÓBEIRAS. **Histórico do município**. Disponível em: <www.taiobeiras.mg.gov.br>

SANTOS, Milton. Citação de Frase. Disponível em: <<http://pensador.uol.com.br/frase/MTI4NzUzNQ/>>

SEBRAE-MG – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS. **Identidade Empresarial dos Municípios Mineiros - Salinas**. Belo Horizonte/MG, Unidade de Inteligência Empresarial do Sebrae Minas, 2014.

SEBRAE-NA – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Use a matriz F.O.F.A. para corrigir deficiências e melhorar a empresa**. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/use-a-matriz-fofa-para-corrigir-deficiencias-e-melhorar-a-empresa,9cd2798be83ea410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>


SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>

TEIXEIRA, Luciene Pires; SOUSA, Evie dos Santos de. **Desenvolvimento Rural**: uma década da política pública de desenvolvimento territorial. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 6, 2014, Campinas. Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais: anais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/137083/1/Rede-Rural-Characterizacao.pdf>>

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e Desenvolvimento Regional**: dimensões, elementos e indicadores. São Paulo, USP, 2008. 177 p. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/218480/mod_resource/content/1/TOMAZZONI%2C%20Edegar%20L.%20LIVRO%20Turismo%20e%20Desenvolvimento%20Regional%20%28Educs%2C%202009%29.pdf>

TORO, Jose Bernardo. **A construção do público**: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

 WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF: Brasil, 1996.

ZIMMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artmed, 1997.